

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**PROTEGER O CAMINHO: RELATO DO
TRABALHO DE PREVENÇÃO AO USO/ABUSO
DE DROGAS EM ESCOLA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Autor Márcio Santos da Cruz
Orientador Prof^o. Dr^o. Jairo da Luz Oliveira

SÃO BORJA/RS 2012

MÁRCIO SANTOS DA CRUZ

**PROTEGER O CAMINHO: RELATO DO TRABALHO DE
PREVENÇÃO AO USO/ABUSO DE DROGAS EM
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^o Dr^o. Jairo da Luz Oliveira

CRUZ, Márcio Santos da.
Proteger o Caminho: relato do trabalho de
prevenção ao uso/abuso de drogas em
escola pública no município de São
Borja / Márcio Santos da Cruz. 2012.
96 f.

Tese (Graduação em Serviço Social) –
Universidade Federal do Pampa, Unipampa.
Orientação: Prof^o. Dr^o. Jairo da Luz Oliveira.

1. Serviço Social. 2. Projeto de Intervenção.
3. Prevenção. I. Oliveira, Jairo da Luz II. Título .

MÁRCIO SANTOS DA CRUZ

**PROTEGER O CAMINHO: RELATO DO TRABALHO DE
PREVENÇÃO AO USO/ABUSO DE DROGAS EM
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Trabalho defendido e aprovado em: 17 de Janeiro de
2012.

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr^o. Jairo da Luz Oliveira
Orientador
Serviço Social - Unipampa

Prof^a. Dr^a. Elisângela Maia Pessoa
Serviço Social - Unipampa

Dedico este trabalho único e exclusivamente a uma grande mulher, que possibilitou a minha chegada até este momento, minha grande, forte e inabalável Mãe! Uma fortaleza de caráter, de honestidade, de fé e de resignação. A ela todo meu carinho e amor. Agradeço pelas horas em que me conduziu mesmo sem eu saber aonde ir, agradeço pelas suas orações e o seu incondicional amor para comigo. Obrigado a você Mãe pela vida!

AGRADECIMENTO

Agradeço ao pai maior... que conduz e rege todas as suas criações. Que oferece aos que procuram a orientação para o caminho reto e consciencial, a resignação para aceitar as provas e as diferenças... a força e o entusiasmo para poder seguir em frente mesmo diante de todas as vicissitudes que a vida impõem, à concessão dos amigos, sem exceções, sem os quais não poderíamos ter os muitos aprendizados e, de poder demonstrar nestas poucas linhas a importância e o significado dos amigos.

Obrigado Pai Maior, pelos irmãos, tanto os do núcleo familiar como daqueles que elegemos caminhar ao reencarnarmos para as vivências terrenas, pela oportunidade deles compreenderem as nossas dificuldades e de serem a mola propulsora diante de todos os desafios que a jornada neste orbe exige...

Obrigado Senhor por ter recebido a benção de encontrar na tua seara o auxílio, o esclarecimento e o trabalho edificante da doutrina espírita, sem esse aprendizado, não seria possível estar nesta hora colocando estas poucas palavras de carinho...

Obrigado, por ter me concedido os genitores terrenos... e por poder agradecer nestes amiúdes gotejos de carinho ...

A grande amiga Tânia, ouvinte das angústias que precederam a esse momento de mudança, mulher “guerreira”, um exemplo de vida, que me concedeu além de um amor incondicional, o auxílio em um dos momentos de grande dificuldade... vendo todas as suas conquistas, através do estudo e, por meio de sua luta diária que me inspiraram a começar também a graduação, obrigado é pouco, pelo muito que você me concedeu...

Ao meu cunhado Miguel pela acolhida quando da minha experiência na cidade grande – POA – você me disse uma frase que marcou a minha vida, e agradeço nestas linhas por isso, me incentivando naquele momento ao estudo no ensino superior, seu exemplo de vida é uma bússola para mim...

E ao professor Paulo regente do coral e a todos os colegas desse grupo fantástico, aprendi e espero aprender muito junto a todos...

Também agradeço de coração...

Ao meu orientador Prof^o. Dr^o. Jairo Oliveira, na compreensão do meu processo, sem o seu auxílio e suas orientações não seria possível essa vitória... Desejo sucesso na Unipampa!

Aos mestres que fizeram parte da minha formação, sem os quais não haveria a transformação deste ser, que hoje esta possibilitado de ter o olhar mais dilatado diante dos desafios da profissão e das mazelas da nossa sociedade...

E à contribuição da Prof^a. Dr^a. Sheila Kocourek, na participação do projeto de extensão no CEDEDICA, sem essa experiência, não conseguiria este trabalho, que foi realizado com um olhar a partir do apreendido neste espaço... Obrigado!

A todos os colegas da turma de 2008 pela oportunidade desta jornada...

Em especial aos colegas do fundão, Lucas (Toruh), Jaime (Uruguaiana), Jardel (Kalango), Juliano (Três mês), Paulo (Paulinho) e depois Leandro (Negão), Jader (Bachero)... obrigado pelos bons e difíceis momentos! As amigas Kátucia e Tatiane.

SE FICAM IMPUNES... NOS CHACINAM A DIGNIDADE

Chacinam em Hiroxima, Nagasaki, Auschwitz...
se ficam impunes... uma chacina contra nossa verdade.
Depois, que verdade diremos às nossas crianças
e a toda gente que amamos e que nos amam também

Chacinam em Sharpville, Saigon, Luanda...
se ficam impunes.... uma chacina contra o nosso olhar
depois, com que olhares olharemos nos olhos de nossas crianças
e a toda gente que amamos e que nos amam também

Chacinam em Ruanda, em Bagdá... Guerra do Golfo...
se ficam impunes... uma chacina contra nossa alegria
depois, com que alegria abraçaremos nossas crianças
e a toda gente que amamos e que nos amam também

Chacinam no Carandiru, na Candelária, em Acari, lanomâmis...
se ficam impunes... uma criança contra nossa esperança
depois, com que esperança mostraremos o caminho
para as nossas crianças... com que esperança caminharemos
junto com elas e com toda gente que amamos e nos amam também

Chacinam em Eldorado dos Carajás, em Belford Roxo, em Vigário Geral
se ficam impunes... uma chacina contra nosso senso de justiça
depois, com que senso de justiça legaremos
às nossas crianças e a toda gente que amamos e nos amam também

Chacinam em Sabra e Shatila
Se ficam impunes... uma chacinam contra o amor que existe em nós
depois, com que amor amaremos nossas crianças
e toda gente que amamos e nos amam também

Chacinam na favela, chacinam no campo, chacinam na cidade
se ficam impunes... uma chacina contra nossa dignidade humana
depois, com que dignidade continuaremos vivendo
com nossas crianças e com toda gente que amamos
e que nos amam também.

Chacinam nossas crianças, chacinam a gente que amamos
e que nos amam também...
se ficam impunes... uma chacina contra nossa própria vida
depois que vida continuaremos a viver
sem verdade, sem olhar, sem alegria, sem esperança, sem justiça
sem amor, sem dignidade humana...

Deley de Acary

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação (TFG) caracteriza-se por um relato de experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social I e II, acompanha esse trabalho pesquisas bibliográficas que abarcaram contextualizar a trajetória do cenário mundial do comércio de drogas, e também o contexto brasileiro desse fenômeno que geram tensões no campo social e econômico, bem como, o presente estudo tem também como proposta, uma abordagem das classificações das substâncias psicoativas e suas conseqüências a saúde. Versam ainda nesse estudo, conteúdos do Projeto-Ético-Político do Serviço Social, que norteiam as ações desta profissão; do Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de orientação e embasamento do projeto de intervenção e a Política de Saúde Mental e, assim como, a inserção do Serviço Social nesse campo de atuação profissional. Destaca-se também que no presente trabalho, abordaram-se temas de especificidade do campo de estágio, no tocante ao que foi produzido neste período na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, para tanto, foram revistos e apreciados documentos como a análise institucional I e II, projeto de intervenção, trabalho final de graduação I, relatório final de estágio. O produto final desse estudo, visará contribuir com a discussão e a melhor compreensão do *tema drogas*, pela turma de discentes da Escola Estadual João Goulart, que foram contemplados com o projeto de prevenção ao uso/abuso de substâncias psicoativas em âmbito municipal.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto de Intervenção, Prevenção, Escola.

ABSTRACT

This Final Work degree (GFR) is characterized by a report of internship experience required curriculum in Social Work I and II, accompanies this work encompassed literature searches to contextualize the history of the world scene of the drug trade, and also the context that Brazilian phenomenon that generate tensions in the social and economic, as well as the present study has also proposed as an approach to classification of psychoactive substances and their health consequences. Deal further in this study, the content-Ethical-Political Project of Social Work, which guide the actions of this profession, the Statute of Children and Adolescents in the sense orientation and foundation design of intervention and Mental Health Policy and, as, the inclusion of social work in this field of professional practice. Also noteworthy is that in the present study addressed issues specific to the training field, with regard to what was produced during this period the Therapeutic Community Chico Xavier Spiritist to do so, documents were reviewed and assessed as institutional analysis I and II, intervention project, and I finished work undergraduate, final report stage. The final product of this study will be to contribute to the discussion and better understanding of the subject drugs in the group of students of the State School Joao Goulart, who were awarded the project to prevent the use / abuse of psychoactive substances at the municipal level.

Keywords: Social Services, Project Intervention, Prevention, School.

LISTA DE SIGLAS

CEDEDICA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CF 88 – Constituição Federal de 1988
CID – Classificação Internacional de Doenças
COI – Centros de Orientação Infantil
COJ – Centros de Orientação Juvenil
COMAD – Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas
CONAD – Conselho Nacional sobre Drogas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas
MTSM – Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental
OMS – Organização Mundial de Saúde
PNAD – Política Nacional Sobre Drogas
SENAD – Secretaria Nacional Sobre Drogas
SNC – Sistema Nervoso Central
SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas
SPAs – Substâncias Psicoativas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNODC – United Nation Office on Drugs and Crime

LISTA DE FIGURAS

- FIG 1** – Fluxos Globais de Heroína a partir de pontos de origem Asiática.....20
- FIG 2** – Principais Fluxos de Cocaína.....24
- FIG 3** – Gráfico de Medidas Socioeducativas do Cededica em 2010.....66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DROGAS O CENÁRIO MUNDIAL E O SEU COMÉRCIO.....	15
2.1	O Contexto Brasileiro de Drogas.....	29
2.2	Drogas: Suas Categorias e as suas Conseqüências à Saúde	36
3	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: como baliza de construção ao caminho de proteção ao uso/abuso de drogas a Criança e o Adolescente.....	50
3.1	As décadas de 80 e 90 a reforma psiquiátrica e a política para o tema álcool e drogas.....	54
3.2	O Serviço Social e a Política de Saúde Mental.....	58
4	A NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO: O porquê do Projeto de Intervenção na Escola João Goulart no Município de São Borja.....	65
4.1	A representação da Escola na atual construção do saber da Criança e do Adolescente.....	71
4.2	Acorda! Fala Cidadão: A contribuição do Serviço Social, para a construção do caminho cidadão, ensinando a proteger quem não se protege.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
	Anexos.....	94

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação – TFG, busca versar nas suas considerações, sobre a contribuição do Serviço Social na prevenção ao uso/abuso de drogas no meio escolar, a partir do estágio curricular obrigatório, como requisito para a graduação em Serviço Social, realizado na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, no município de São Borja. A centralidade do trabalho visa à sistematização da materialidade do aporte teórico, ou seja, relatar as vivências do estágio supervisionado, realizado na Instituição já referida, configurando desta forma, um relato de experiência. Sublinha-se que o relato de experiência, vai além, é resultado das pesquisas bibliográficas, visto que, mister se fez percorrer obras fora da formação do Serviço Social, por tratar-se de saúde mental, abarcando outras áreas do saber, como a medicina, psicologia e a psiquiatria, para se completar a abrangência sobre a dependência química e, o melhor adensamento da discussão proposta neste estudo sobre as questões pertinentes a essa temática.

O atual contexto da escola pública no Brasil esta permeado por diversas expressões de violência, seja ela – física ou psicológica, entende-se que o espaço da escola pública, bem como, o caminho da mesma, deva permanecer protegido de todas essas expressões de violência. Nesse sentido, é de suma importância o trabalho coletivo nesses espaços, inclui-se o Serviço Social, ofertando assim, a possibilidade de uma melhor qualificação do acadêmico e, a formação de espaços de discussão para os alunos e professores, sobre violência e, o escopo do trabalho aqui proposto, a prevenção de uso/abuso de drogas no meio escolar. O trabalho realizado na Escola Estadual João Goulart, visou dar seguimento ao projeto Acorda estruturado e, aplicado na escola pela acadêmica Alene Silva no ano de 2010, visto que, a relevância social do projeto, contribui no sentido de apoiar o tripé da Política Nacional sobre Drogas, que se sustenta na prevenção, tratamento e ressocialização.

Com relação à estrutura do trabalho, ressalva-se que o mesmo encontra-se construído em quatro tópicos, o primeiro tópico diz respeito à introdução; no segundo tópico uma explanação que abarca o cenário global e, aos dados referentes à produção e consumo de drogas, nos subitens se fará a

discussão sobre o contexto brasileiro de drogas, suas categorias as conseqüências do seu consumo a saúde. No terceiro tópico, se fará uma discussão sobre o projeto ético-político da categoria profissional do assistente social, nos subitens abordar-se-á a categoria criança e adolescente e, as considerações acerca das normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, também será foco de discussão no terceiro capítulo, a relação do Serviço Social com a Política de Saúde Mental, visto que esse estudo se deu por intermédio da Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, instituição que atua referenciada na supracitada política. No quarto capítulo será contextualizado sobre o projeto de intervenção realizado na Escola Estadual João Goulart e, em seus subitens se fará um adensamento sobre o contexto da escola e suas representações no cotidiano dos jovens e, a contribuição do Serviço Social na construção de um viés de cidadania nessa Instituição de ensino. Por fim, nas considerações finais, versaram sobre as vivências oportunizadas nesse ambiente, sob a perspectiva de um olhar investigativo e reflexivo.

No anexo serão trazidos dados estatísticos que, corroboram a necessidade de se dar ênfase a prevenção ao uso/abuso de drogas, em especial, nas instituições de ensino, visto que, são espaços de exercício da cidadania e, lócus de disseminação de conhecimento e fortalecimento da prevenção, pelo paradigma de multiplicadores, fazendo com que, essas discussões ganhem força e adesão no seio da família, da comunidade onde esses alunos residem, bem como, a própria troca de saberes com seus pares.

2 DROGAS: O CENÁRIO MUNDIAL E O SEU COMÉRCIO.

O assunto Drogas e Dependência Química é atualmente um dos temas que tem provocado um debate acirrado, tanto no meio acadêmico, como na sociedade de uma forma geral. Para refletirmos sobre um assunto tão vasto e de uma magnitude social intensa, elegemos para embasar nossas reflexões e, dar sustentação ao nosso debate, o uso de uma das correntes formadoras do Serviço Social, que é o Método Dialético Crítico, concepção advinda da filosofia hegeliana.

Para Hegel a dialética é “o método que permite compreender e elucidar a racionalidade do real” Kocourek (2009), onde o próprio Hegel dá a conotação de método à dialética, o autor primou pela tríade composta das categorias contradição, totalidade e a historicidade. Entretanto Marx, que se ocupou da dialética de Hegel, para entender o mundo do concreto, ou seja, aquilo que tem materialidade, onde a história tece como são organizados os meios de produção e reprodução e, dos organismos vivos que a compõem e, norteiam o que percebemos hoje por sociedade capitalista. Conhecer, estudar e principalmente entender o real, o que está posto, é fundamental para se propor uma idéia de superação desse real, ou dessa realidade que existe e foi construída, e para tanto, é preciso conhecer a “coisa em si”. A superação do real a qual nos referimos aqui é o uso/abuso de drogas no atual contexto brasileiro, por crianças e adolescentes, que se encontram permeados pelas substâncias psicoativas.

Oportuno se faz salientar que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a conhecer ‘a coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível se chegar à compreensão da realidade” (Kosik, 1976 apud Lersch, 2010). O que é posto e, de certa forma é bem real na conjuntura atual, são os múltiplos fenômenos de dependentes químicos, bem como, a dependência química vem se acentuado em uma crescente ampliação de sujeitos dependentes, realidade sem precedente na passagem do século XXI. Buscar não só respostas, mas, olhar essa realidade e, formular respostas que viabilizem a construção de uma sociedade mais consciente, mais desenvolvida racionalmente sobre os malefícios das drogas e, sobretudo, mais saudável, é o

propósito desse estudo que apresentamos a partir do vivenciado no período da práxis em campo de estágio.

Para fins de fundamentação legal, o presente estudo tomara como norte a Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), que delimita as suas diretrizes, bem como os seus objetivos. A PNAD sublinha “a necessidade de garantir rigor metodológico às atividades de redução da demanda, da oferta e dos danos associados ao uso de drogas; e preconiza a realização sistemática de estudos e pesquisas na área, como forma de atingir esse objetivo”.

[...] De acordo com o Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006 – que regulamenta a legislação atual sobre drogas vigente no país, a Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – cabe o ao Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID – da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD – do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, divulgar, por meio eletrônico e impresso, pesquisas e indicadores referentes ao uso indevido de álcool e outras drogas, que permitam aperfeiçoar o sistema de informações para subsidiar o intercâmbio de dados entre instituições regionais, nacionais e estrangeiras (Brasil, Senad, 2009).

Antes de embarcarmos na discussão sobre o atual cenário das drogas no Mundo e no Brasil, enfatizamos que estaremos usando elementos documentais de pesquisas bibliográficas, examinados em teses e dissertações, em páginas oficiais de órgãos que dão visibilidade ao complexo problema da droga e, todos os seus desdobramentos.

Para falar sobre o cenário mundial de drogas, estaremos nos apoiando no United Nation Office on Drugs and Crime (UNODC) e o seu relatório mundial sobre drogas do ano corrente. Já para o contexto brasileiro, o aporte teórico que nos sustentará, será o Relatório Brasileiro sobre Drogas de 2009, bem como, o documento intitulado “LIVRETO INFORMATIVO SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS” organizado pelo CEBRID¹, UNIFESP², Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Ministério da Justiça e Governo Federal, documento este que se encontra na sua 5ª edição e data do ano em vigência.

A questão do uso indevido de drogas é assunto diário na pauta de pais, professores, profissionais da saúde como o Serviço Social, bem como, da

¹CEBRID: Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas.

² UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo.

sociedade como um todo, que se preocupam com o assunto. O atual contexto mundial e também brasileiro no presente momento, dá-se permeado pela intensa reprodução de padrões elevados de consumo de drogas lícitas e ilícitas. Conforme o relatório das Nações Unidas para Droga e Crime – UNODC – Brasil e países latinos alinhados, constam nesse relatório sobre drogas divulgadas no ano de 2010 onde situam que, o atual consumo de drogas se desloca à tendência de novas apresentações das referidas drogas, bem como, a abertura de novas frentes de compra, ou seja, o aparecimento de novos mercados, que vão absorver essas substâncias.

Conforme as pesquisas desse relatório, que corroboram a diminuição do cultivo de (ópio) ³ pelo Afeganistão, assim como, os países andinos, que também vêm diminuindo o cultivo e a produção de (coca), caracterizando que o consumo de drogas nos países de primeiro mundo tem-se estabilizado. Contudo, os relatos do UNODC, sinalizam o aumento do consumo de drogas em países, que estão em pleno desenvolvimento, e clarificam o aparecimento das substâncias conhecidas como anfetaminas (ATS), e o relativo abuso de medicamentos prescritos de uma forma geral no mundo todo.

Percebe-se que o seguimento de mercado da compra e venda de drogas, comporta-se igualmente ao que se conhece por livre mercado, leia-se (Neo-Liberal), lei da oferta e da procura, contudo, cabe um ponto de interrogação, compreender quem são os implicados nesse processo, qual o perfil que se apresenta qual o montante movimentado nesse comércio e, principalmente o que acarreta essa frente produção e reprodução.

O desafio de olhar o atual contexto mercadológico da droga, ou em uma linguagem mais científica “substâncias psicoativas”, é um debate que Lewgoy (2009) sublinha que “A concepção de homem fundamenta-se na relação de transformação que estabelece com a natureza, na perspectiva de que ele se faz humano”. O homem ao alterar a natureza da planta, produz a matéria prima para a fabricação da droga. Temos aqui então a concepção de “Trabalho” ⁴,

³ Ópio: palavra derivado do grego e significa “suco”, pois o mesmo é obtido a partir de um líquido leitoso extraído da papoula – *Papaver somniferum*.

⁴ O trabalho, pela sua própria essência, remete o homem para além do próprio trabalho - de tal modo que, com o passar do tempo, o trabalho apenas pode se efetivar quando atende a necessidades sociais que não mais pertencem diretamente à troca orgânica entre homem e a natureza. O trabalho, portanto, apenas pode se realizar no interior de um conjunto global de

pois, é o homem agindo na natureza. Sobre a categoria trabalho, Lessa (2007) frisa “O produto do trabalho é, portanto, uma síntese, que só pode ocorrer no mundo dos homens, entre prévia-ideação e os nexos causais realmente existentes (LESSA, 2007, p. 46).

Entende-se que o agir do homem no tocante a extrair da natureza, a substância que lhe provera a possibilidade de obter um ganho real, é pré-idealizada, pois o agente tem conhecimento dos efeitos da substância extraída de uma determinada planta e, que existe procura pela mesma, obtendo assim o retorno econômico pelo trabalho realizado. Iamamoto (2007) bem pontua que “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens”.

O mesmo extrato ainda vem trazendo a mostra de que, os dois tipos de drogas com maior incidência de problemas são os – opiáceos e a cocaína – e de certa forma encontram-se em um contínuo declínio. Segundo o relatório da UNODC, o cultivo de ópio em nível global caiu para um quarto, perfazendo um total de (23%), nos dois últimos anos, ou seja, 2008 e 2009, e ressalta ainda, que devido à existência uma praga, que deve destruir até um quarto da papoula do Afeganistão, a produção de ópio no ano de 2010 deveria ser reduzida drasticamente. Assim como o cultivo de coca, que teve uma queda na sua produção de 28% na década passada, e que no ano de 2009, se mostrou em forte queda. O mesmo relatório baliza que a produção global de cocaína teve uma diminuição proporcional de 12% e 18% no período compreendido entre 2007 a 2009.

A UNODC sinaliza que, em relação à heroína⁵ houve uma diminuição da sua produção, porém com um reduzido número de apreensões, nesse sentido contextualiza-se que “o potencial global de produção de heroína caiu 13% para 657 toneladas no ano de 2009, refletindo uma menor produção de ópio no Afeganistão e em Mianmar” (UNODC, 2010). Adiante o texto traz que, a quantidade dessa droga que chega efetivamente ao mercado é bem menor,

relações sociais muito mais ampla que ele próprio: apenas no interior da reprodução socioglobal pode o trabalho se efetivar enquanto tal (LESSA, 2007, p. 60).

⁵ Heroína: dentre os diversos alcalóides encontrados nas preparações de ópio, estão a morfina (Morfeu = Deus dos sonhos) e a codeína, denominados de opiáceos naturais. Por meio de modificações nas células naturais, obtiveram-se opiáceos semi-sintéticos, como a heroína.

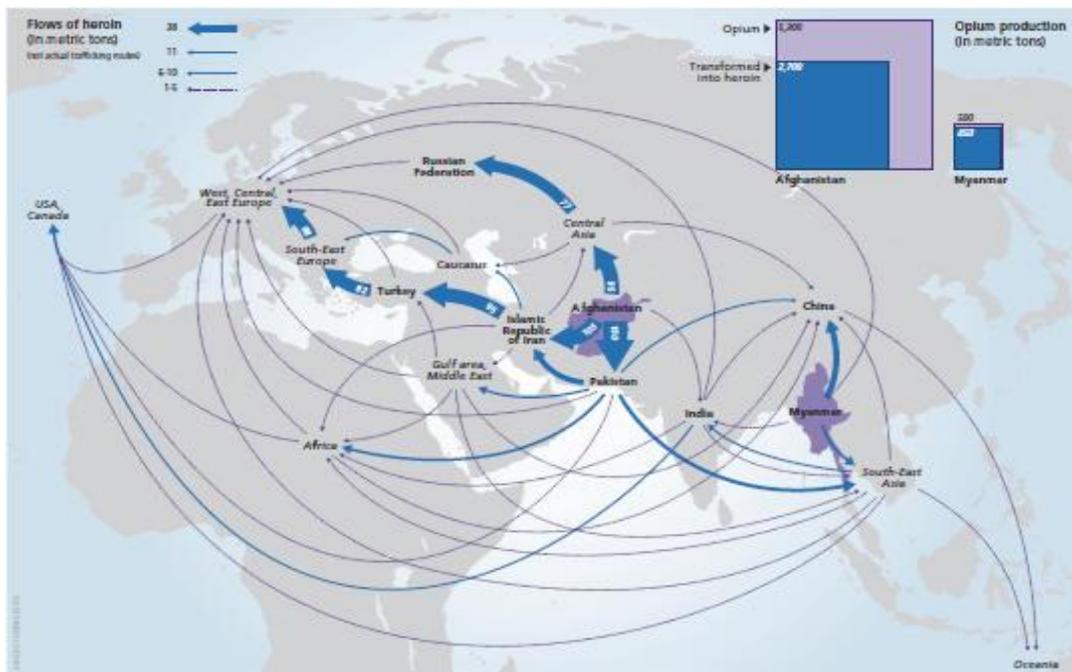
aproximadamente 430 toneladas, denotando que significativas quantidades dessa droga, estão sendo estocadas. A entidade pesquisadora expõe que possam existir estocadas uma quantidade próxima de 12 mil toneladas de ópio afegão, o que segundo o órgão mundial, equivaleria a dois anos e meio de oferta global ilícita de opiáceos.

Os indicadores estatísticos que são expostos pela UNODC, demonstram a perfeita relatividade que se pode fazer desse comércio, com as lógicas de mercado, ou seja, tem-se a expansão e, também acontece à retração do mercado, por fatores múltiplos, em períodos cíclicos, e com processo de reservas para o caso de falta dessa mercadoria para o consumo.

Segundo a UNODC, o mercado global de heroína está avaliado em torno de US\$ 55 bilhões e, que se concentra todo no Afeganistão, que é responsável por 90% da demanda, bem como, Rússia, Irã e a Europa Ocidental que juntos, dão conta de consumir metade da heroína produzida no mundo.

Novamente nos reportamos ao processo de lógica do mercado, onde a grande concentração econômica demonstra quem são os territórios a serem enfrentados, pela disputa na oferta do produto. A centralidade da pauta em debate são as “drogas”, nesse contexto que se apresenta, temos uma provocação, que Iamamoto (2007) pontua “Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano”.

Fluxos globais de heroína a partir de pontos de origem asiática: Fig. 1



Fonte: *UNODC Relatório Mundial sobre Drogas 2010*

Entender esse fluxo mercadológico de drogas, e bem mais que isso, é olhar um horizonte mais amplo, buscando respostas para o grande volume de drogas, bem como, seu fluxo econômico considerável que é movimentado nos países do velho continente. A partir desta realidade nos vem o questionamento, quem são os seus grandes consumidores? Qual sua faixa etária? Quanto se gasta com esse mercado?

[...] As rotas dos Bálcãs e norte são as principais corredores do tráfico de heroína no Afeganistão ligando aos grandes mercados da Federação Russa e Europa Ocidental. Dos Bálcãs atravessa rota da República Islâmica do Irã (muitas vezes através do Paquistão), Turquia, Grécia e Bulgária em toda a Europa do Sudeste para o mercado da Europa Ocidental, com um valor de mercado anual de cerca de US \$ 20 bilhões. A rota do norte é executado principalmente através de Tadjiquistão e Quirguistão (ou o Uzbequistão ou Turquemenistão) ao Cazaquistão e da Federação Russa. O tamanho desse mercado é estimado em US \$ 13 bilhões ao ano (UNODC, 2010).

Nota-se que a rota e os corredores desse mercado ilegal, são países que estão passando por processos de vulnerabilidade social, com sua gênese, no processo histórico de divisão da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, bem como, países que estão em permanente conflito armado, gerando desemprego estrutural e extremas desigualdades sociais. Esta realidade apresenta-se associada à crescente procura de mercado e, a possibilidade desses países acessarem ao poderio bélico, por intermédio do tráfico de drogas, existindo uma co-relação para esse intenso fluxo nessa região.

No que diz respeito às apreensões, o Afeganistão sendo o maior produtor dessa droga a nível mundial, é responsável por menos de 2% das apreensões dessa substância, os líderes de apreensões nesse continente são Irã e Turquia que em conjunto, apreenderam mais da metade da heroína apreendida no ano de 2008. Segundo o relatório da UNODC (2010), as taxas de intercepções noutros espaços, são muito aquém do esperado e, nos países da Ásia Central é apreendida uma quantia referente a 5% de uma estimativa de 90 toneladas de heroína, que cruza por esse território, seguindo rumo à Rússia, no que toca a esse país, que consome 20% da produção da heroína Afegã, somente 4% desse trânsito é apreendido.

Observa-se que o volume que é apreendido no tocante à heroína, corresponde a 4,5 toneladas das 90 toneladas estimadas que tenham o livre trânsito pelo espaço da Ásia Central, a indagação é? A quem interessa essa não apreensão? Fica o hiato na resposta e, não cabe apontarmos acusações infundadas aos implicados nesse processo. Cabe-nos apenas refletir, quem são os sujeitos implicados nesse processo, de produção e reprodução.

Conforme a UNODC, em relação aos Bálcãs, os números são alarmantes, os países ao Sudeste da Europa, assim como, estados que são membros da União Européia, são responsáveis por menos de 2% das intercepções, de toda a heroína que atravessa esse território.

O Relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2010), sinaliza que o mercado de cocaína esta mudando, o documento sublinha que, o consumo dessa droga vem diminuindo com grande significativa, em especial, nos Estados Unidos da América. O mesmo relatório destaca que “O valor de varejo

no mercado de cocaína nos Estados Unidos diminuiu cerca de dois terços na década de 90 e, cerca de um quarto na década passada, “Um dos motivos para a violência associadas às drogas no México é que os cartéis estão lutando por um mercado que está diminuindo”, relata o Diretor Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa” (UNODC, 2010). Ressalta ainda o diretor que, a existência dessa disputa interna, é benéfica e contribui para o continente americano, o que resulta em uma diminuição dos índices de dependência, os valores se elevam em conjunto com um déficit na pureza das porções.

Pierre Clastres (1977) em sua obra *Arqueologia da Violência* traz que:

[...] O comportamento de agressão pertence à realidade humana desde os australopitecos pelo menos, e a evolução acelerada do dispositivo social em nada alterou o lento desenrolar da maturação filética. A agressão como comportamento, isto é, o uso da violência, relaciona-se, portanto à humanidade como espécie, é coextensiva a ela. Propriedade, em suma, zoológica da espécie humana, a violência é identificada aqui como um fato irreduzível, como um dado natural (CLASTRES, 1977, p. 237).

O uso da violência como ferramenta demarcatória de território pelo homem, é processo histórico e, muito ainda, em se tratando do seu meio de sobrevivência. O uso da força é um legado hereditário afirma Clastres (1977), e o homem se utiliza dela no tráfico de drogas como meio de sobrevivência, para impor o seu poder de dominação, em um determinado território de atuação.

A problemática da violência do tráfico perpassa pelas desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos, no caso anterior o México, que é um país que há muitos anos convive com essa situação, devido à falta de políticas sociais que contemplem uma população pauperizada, que fica a mercê do aliciamento do trabalho no tráfico, como meio garantir seu sustento. Assim como, no capitalismo, o tráfico de drogas se utiliza dessa pobreza da população, para exploração de sua força de trabalho. Yamamoto (2007) diz que “a força de trabalho possui duplo caráter: ser produtora de valor de uso ou valor de troca”, ou seja, é trabalho vivo útil e concreto que produz valor.

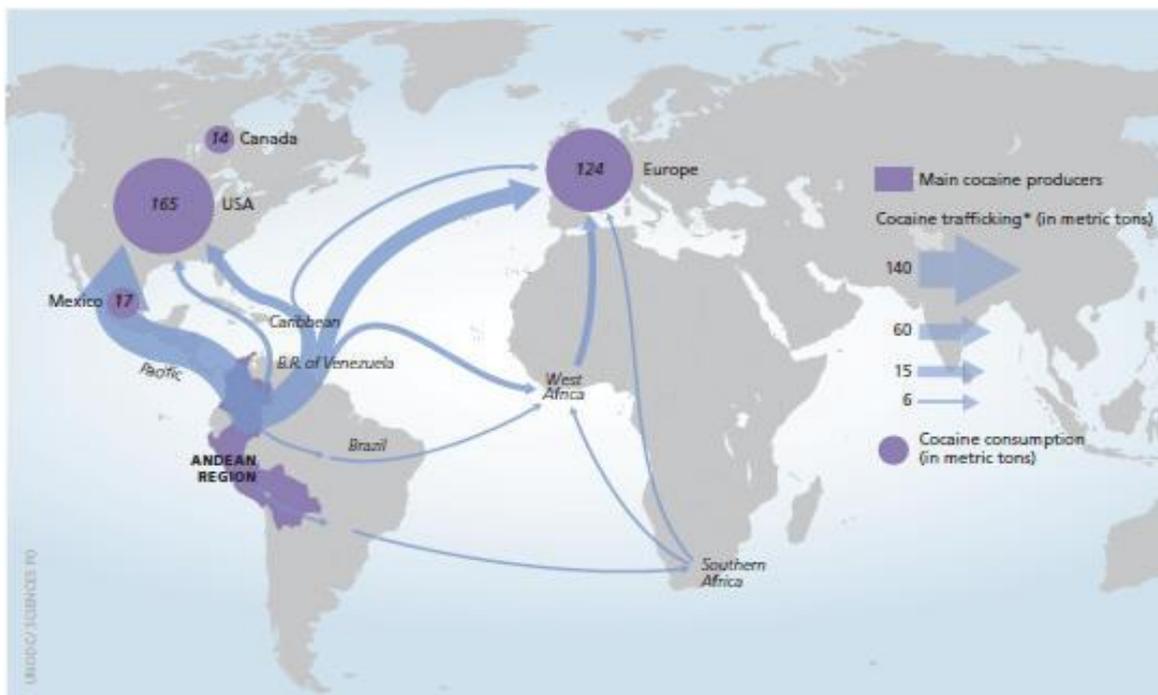
O texto do UNODC enfatiza que, houve uma migração desse consumo, ressaltando que o problema atravessou o atlântico e, que na década passada, os usuários de cocaína duplicaram, saindo do total de 2 milhões em 1998,

chegando a 4,1 milhões em 2008 e, ainda clarifica o relatório que, no mesmo período, a Europa como mercado desse produto estava estimado em US\$ 34 bilhões, chegando a ser comparado em valores com o mercado americano US\$ 37 bilhões. Essa troca na demanda acarretou uma mudança nos itinerários do tráfico, com uma enorme abundância crescente de cocaína que é traficada dos países andinos para a Europa, via África Ocidental, ocasionando uma instabilidade nessa região. “Pessoas que consomem cocaína na Europa estão destruindo florestas nativas dos países andinos e corrompendo governos na África Ocidental” enfatiza Costa (UNODC, 2010).

O mercado do tráfico de drogas comporta-se como qualquer outro meio de negócio, seu fluxo e contra-fluxo, desestabiliza as atividades de uma determinada região, os impactos advindos desse comércio vão desde a exploração da força de trabalho, passando por corrupção ativa e passiva, e ações como homicídios, seja por disputa de território, sejam por queima de arquivo, ou supressão da liberdade de expressão.

[...] O modo capitalista de produzir supõe, pois, um “modo capitalista de pensar”, que expressa à ideologia dominante, na sua força e nas suas ambigüidades. Esse modo de pensar, necessário à “reelaboração das bases de sustentação – ideológicas e sociais – do capitalismo”, é retriado a partir do modo de produzir a riqueza material, da reprodução do modo de vida instituído pelo capital (Iamamoto, 2007, p. 106 e 107).

Principais fluxos de cocaína, 2008: Fig. 2



Fonte: UNODC Relatório Mundial sobre Drogas 2010

O mercado do tráfico de drogas comporta-se como qualquer outro meio de negócio, seu fluxo e contra-fluxo, desestabiliza as atividades de uma determinada região, os impactos advindos desse comércio vão desde a exploração da força de trabalho, passando por corrupção ativa e passiva, chegando aos de homicídios, seja por disputa de território, seja por queima de arquivo, ou supressão da liberdade de expressão.

Segundo o relatório da UNODC a estatística mundial de pessoas que estão utilizando estimulante do tipo anfetamina (ATS), está estimada em torno de 30 a 40 milhões e, estima-se que logo devesse ultrapassar o número de usuários de opiáceos e cocaína juntos. O documento ainda sinaliza que, há evidências de um aumento abusivo, de medicamentos comercializados através de prescrição médica, “Não vamos resolver o problema mundial da droga se simplesmente empurrarmos o vício da cocaína e da heroína para outras substâncias que causam dependência” (Costa, UNODC, 2010), Costa destaca que há uma quantidade infinita dessas substâncias, e que estão sendo produzidas na clandestinidade e a custos baixíssimos.

O mercado das anfetaminas (ATS) é mais difícil de ter um controle estabelecido, devido à rota do tráfico ser muito curta e, por que a sua produção se dá próximo dos principais mercados de consumo e, contribuem para isso, o fato de que, a matéria utilizada na fabricação dessas substâncias, serem legais e com um grande volume disponível. Costa diretor executivo da UNODC salienta que:

[...] Os fabricante são rápidos na comercialização de novos produtos (como quetamina, piperazinas, mefedrona e spice) e na exploração de novos mercados. “Essas novas drogas causam um problema duplo. Primeiramente, elas são produzidas num ritmo muito mais rápido do que as normas regulatórias e a lei pode acompanhar. Em segundo lugar, a comercialização dessas drogas é engenhosamente inteligente, pois são fabricadas sob encomenda, de modo a satisfazer as preferências específicas de cada situação” (UNODC, 2010).

Percebe-se que o mercado de drogas evolui com agilidade e destreza, para burlar as normas estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores de substâncias psicoativas. Enquanto as autoridades que são responsáveis pela criação de leis, perdem precioso tempo, discutindo as ações que determinam o que é lícito e o que é ilícito, o mercado de renovação de drogas ganha fôlego, tomando proporções alarmantes.

No ano de 2008, o número de laboratórios clandestinos de anfetaminas (ATS) aumentou 20% segundo o relatório e, se incluem nesse rol, países onde esses laboratórios nunca tinham sido detectados. Já na América do Norte o relatório traz que houve um aumento na produção de ecstasy, principalmente no Canadá e, em outras áreas da Ásia, e sinaliza que, o consumo dessa substância vem aumentando nesse país. Outra estatística demonstra que, a fluidez do mercado de drogas, e o consumo de ecstasy no continente europeu vêm tendo uma queda acentuada desde 2006.

Em relação à droga ilícita mais popular, que é a maconha, o relatório da UNODC percebe o seguinte. “A maconha continua sendo a substância ilícita mais amplamente produzida e utilizada no mundo”.

[...] É cultivada em quase todos os países do mundo e consumida por algo entre 130 a 190 milhões de pessoas pelos menos uma vez por

ano – apesar de esses parâmetros não dizer muito em termos de dependência. O fato de que o consumo de maconha esteja diminuindo em alguns de seus mercados mais valiosos, leia-se América do Norte e partes da Europa, ele representa outra indicação de mudança nos padrões do abuso de drogas. O UNODC encontrou evidências de cultivo indoor de maconha para fins comerciais em 29 países, especialmente na Europa, na Austrália e na América do Norte. O cultivo de maconha indoor de maconha é um negócio lucrativo e que, cada vez mais, se torna uma fonte de recursos para grupo criminosos. Com base em dados recolhidos em 2009, o Afeganistão é hoje o maior produtor mundial de haxixe “assim como de ópio” (UNODC, 2010).

Nota-se por intermédio da narrativa exposta, que há uma migração do consumo drogas nos países desenvolvidos, optando-se pelas substâncias mais industrializadas do que as naturais. Entretanto, a cannabis⁶ “maconha” continua sendo uma droga que produz lucro, o que nos remete a refletir, quem são os que lucram com esse comércio? Os que produzem a droga, ou quem a comercializa? A rede que envolve esse negócio lucrativo é extenso e, de difícil elucidação, demandando longas investigações, pelos aparelhos coercitivos integrados.

Quanto aos países em desenvolvimento (COSTA, UNODC 2010) ressalta que existe um sinal de alerta nesses espaços, destaca os perigos do uso/abuso dessa droga nesses países. Situa a dimensão da força que o mercado dessa droga tem, pois já conseguiu moldar as dimensões assimétricas da economia da droga: “os maiores consumidores de drogas ‘países ricos’ impuseram aos ‘países pobres’ os principais locais de abastecimento e de tráfico os maiores danos”, salienta ainda que os países em desenvolvimento, ou seja, os “países pobres”, não dispõem de condições para absorver os efeitos do fôlego que ganha o consumo dessa droga. Cita que esses mesmos países estão enfrentando um colapso que deverá levar milhões de pessoas para a problemática da dependência química.

No Relatório Mundial sobre drogas (WORLD DRUG REPORT, 2010), há um capítulo dedicado a instabilidade gerada pelo tráfico de drogas em países

⁶ Cannabis Sativa: Conhecida no Brasil como maconha, a primeira menção em nossa língua tenha sido em um escrito de 1548, no qual está dito no português daquela época: “e já ouvi a muitas mulheres que, hião ver algum homem, para estar choquareiras e graciosas a tomavão” (CEBRID, 2011).

de trânsito⁷, seu foco pauta-se especialmente na substância cocaína. Na sua redação o texto traz o seguinte esclarecimento: “como o subdesenvolvimento e a fragilidade dos governos atrai o crime, ao mesmo tempo em que o crime aprofunda a instabilidade” (UNODC, 2010). Na discussão do referido assunto, sublinha-se que a riqueza, a violência e o poderio obtido pelo tráfico de entorpecentes, comprometem a segurança e vai além, podendo enfraquecer a soberania dos mesmos, segundo o UNODC (2010), esse assunto esteve em pauta no Conselho de Segurança das Nações Unidas por diversas vezes no ano de 2009, e situa ainda o texto:

[...] Embora a violência relacionada às drogas no México receba uma atenção considerável, o Triângulo Norte da América Central, composto por Guatemala, Honduras e El Salvador está sendo ainda mais afetado, com taxas de homicídio muito mais elevadas do que as do México. O relatório diz que a Venezuela emergiu de um ponto importante de origem para a cocaína traficada para a Europa: entre 2006 e 2008, mais da metade de todos os carregamentos marítimos interceptados com cocaína para a Europa veio da Venezuela (UNODC, 2010).

Importante salientar que as dimensões continentais dos países latinos, continuam com estatus de colônia, servindo ao mercado de abastecimento do consumo europeu e, países asiáticos e etc. Só que nesta situação, com mercadorias, que geram valores não tributáveis e, ocasionam um flagelo social, contribuindo para que, se torne ainda maior as proporções das vulnerabilidades sociais, bem como, a exploração da mão-de-obra. O mesmo relatório sublinha o estado de instabilidade na África Ocidental, a qual se tornou o cerne do tráfico de cocaína. O documento adverte, que os traficantes obtiveram a cooptação de personagens importantes das sociedades onde o regime é totalitário, exemplificando o recente caso de Guiné-Bissau.

Em suas considerações o diretor executivo da UNODC, Antonio Maria Costa solicitou um pedido, de que se haja um maior desenvolvimento para diminuir a vulnerabilidade ao crime e, um aumento no esforço para aplicar a lei que trata do combate ao tráfico de drogas, “Se não enfrentarmos de forma

⁷Trânsito: O termo foi utilizado para sinalizar os países que estão em uma evolução econômica, ou seja, caminham para um patamar acima do que se encontram na escala de ranking das Nações Unidas (UNODC, 2010).

efetiva a ameaça representada pelo crime organizado, nossa sociedade será mantida refém – e o controle de drogas ficará comprometido por reiteradas manifestações para acabar com as convenções de drogas da ONU” (Costa, UNODC, 2010), onde os críticos apontam como agente da criminalidade e da instabilidade.

Segundo Costa (UNODC, 2010) essas entidades organizadas do crime, ajudam no desmantelamento do progresso conquistado sob o controle das drogas na última década e, fomentam uma catástrofe em termos de saúde pública. Alerta ainda o diretor executivo “A menos que a prevenção e o tratamento sejam levados mais a sério, o apoio da opinião pública para as convenções de drogas da ONU irá diminuir” (UNODC, 2010). Buscou-se até esse momento, clarear como se dá na atualidade o cenário internacional de produção e o tráfico de drogas, seus principais produtores e fornecedores, bem como, a população dos principais mercados que consomem essas substâncias.

No subitem a seguir buscar-se-á fazer uma trajetória, acerca do atual contexto do universo das drogas no cenário brasileiro, que servirá como adendo para o processo de entender, como se encontra a panorâmica do Brasil, bem como, esquadrihar uma melhor compreensão, dessa realidade tão problemática, que são os agravantes da venda e consumo de substâncias psicoativas. Para esse ponto, fizemos o nosso apoio de discussão, no documento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), sob o título “Relatório Brasileiro sobre Drogas”, que segundo o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) Jorge A. Felix “O Relatório preenche lacuna até então existente, ao disponibilizar de forma reunida, aos componentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)”. Também o documento visa dar “à população em geral e à comunidade internacional, os dados mais abrangentes e relevantes a situação nacional do consumo de drogas, bem como as ações empreendidas para reduzir a sua oferta no Brasil”, frisa o texto que os indicadores correspondem ao período de 2001 a 2007. No subitem a seguir, iremos refletir acerca do contexto das drogas no Brasil, seu desenvolvimento e conseqüências.

2.1 O Contexto Brasileiro de Drogas.

Para este subitem, destacamos em um primeiro momento, as fontes que compõem o documento ao qual nos apoiamos para fazer esse debate. Compõem esse mote de dados as seguintes instituições: a) Fundo Nacional Antidrogas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; b) Ministério da Justiça: Rede Infoseg da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes da Diretoria de Combate ao Crime Organizado do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal; c) Ministério da Previdência Social: Coordenação Geral de Estatística, Demografia e Atuária da Secretaria de Políticas da Previdência Social; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social; d) Ministério da Saúde: Coordenação Geral de Saúde Mental; Álcool e Outras Drogas do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção a Saúde; Programa Nacional de DST e AIDS; Programa de Controle e Prevenção às Hepatites Virais; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde; Sistema de Informações Hospitalares e Sistema de Informações sobre Mortalidade; Secretarias de Atenção à Saúde e Vigilância em Saúde; e) Universidade Federal de São Paulo; Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas; f) Universidade de Brasília.

No que tange ao uso de álcool, tabaco e outras drogas psicotrópicas no contexto brasileiro, os indicadores de porcentagem de uso de droga na vida, do relatório brasileiro, exceto álcool e tabaco, sinalizam que no Brasil a região Norte acusa 14,4%; para a região Sul tem-se um índice de 14,8%; já na região Centro-Oeste observa-se uma porcentagem de 17,0%; no que toca a região Sudeste percebe-se o montante de 24,5% e para a região Nordeste verificou-se um total de 27,6% de uso de droga na vida. Segundo o Relatório Brasileiro (2009), a pesquisa pautou-se no público constituído por pessoas com idade entre 12 e 65 anos do processo censitário de 2000, nas cidades com mais de 200 mil habitantes, mais a cidade de Palmas (TO), com a abrangência da pesquisa em 108 cidades.

Em nível de Brasil as drogas de maior uso na vida em 2001 são as seguintes: maconha 6,9%, solventes 5,8%, orexígenos 4,3%, benzoadipínicos 3,3%, e cocaína 2,3%. Já no ano de 2005 os indicadores são os seguintes: maconha 8,8%, solventes 6,1%, benzoadipínicos 5,6%, orexígenos 4,1%, e estimulantes 3,2. O Relatório sobre Drogas Psicotrópicas no Brasil (2009) destaca que “de 2001 para 2005, houve um aumento na estimativa de uso na vida, de álcool, tabaco, maconha, solventes, benzoadipínicos, cocaína, estimulantes, barbitúricos, esteróides, alucinógenos e crack”, também o Relatório expõe que houve uma diminuição no consumo de orexígenos, xaropes, opiáceos e anticolinérgicos.

Com base nos dados trazidos acima, percebe-se que o mix de substâncias psicoativas, utilizados na vida pelo brasileiro, denota o alto grau de dependentes e, os riscos de comprometimento com a saúde e a vida social. O álcool se sobressai quanto ao uso na vida, bem como, na questão de gênero, os homens são os que mais fazem uso na vida de álcool. Em relação à faixa etária de dependência, o maior volume dá-se entre os 18 a 24 anos, seguidos da faixa entre 25 a 34 anos.

Silva (2010) em sua obra *Drogas: Causas, Conseqüências e Recuperação*, contribuem no sentido histórico, quando expõem que:

[...] Já nos tempos pré-bíblicos se falava de intoxicação por vinho. No passado da humanidade o álcool era servido como aperitivo antes das refeições. Por muitos séculos foi à fonte de água menos contaminada possível para se beber. A produção de álcool a que o homem estava acostumado até o século XVIII era artesanal. Predominavam as bebidas fermentadas na forma de vinho e alguns tipos de cerveja. Após o advento da Revolução Industrial inglesa, por volta de 1750, passou-se a produzir álcool em escala industrial... Em grandes quantidades, com a conseqüente diminuição do preço e o acesso, como até hoje, tornou-se muito fácil (SILVA, 2010, p. 77).

Percebe-se que o ato de beber é milenar e, que é elevado à porcentagem de enfermos, que se encontram dominada pelo flagelo do alcoolismo. Silva (2010) afirma que, “o alcoolismo é uma enfermidade caracterizada pelo uso compulsivo e exacerbado de álcool, com repercussões sobre as organizações: Mental, Física e Social”.

Com relação ao tabaco o Relatório Brasileiro de (2009), mostra que o homem é o público em ênfase, em relação às mulheres, com exceção em três momentos. Em 2001 nas idades entre 12 a 17 anos, também nas faixas etárias entre os 18 a 25 anos e nos 35 anos ou mais, em ambos os sexos.

No tocante a maconha no ano de 2001 quanto no de 2005, o Relatório Brasileiro (2009) sinaliza que, o gênero masculino se destaca novamente, no uso na vida de maconha e, concomitante a maconha, faz o uso abusivo de solventes, cocaína, alucinógenos, crack, merla e esteróides, enquanto que no público feminino, a preferência se dá pelos estimulantes, benzodipínicos, orexígenos e opiáceos. Ainda destaca o Relatório que o maior público dessas substâncias, está concentrado nas faixas etárias compreendidas entre 18 a 24 anos e, entre 25 a 34 anos.

Um dado específico nesse Relatório nos chamou atenção e, para tanto vamos trazê-lo na íntegra, o dado corresponde a Tabela 1.8 do Relatório Brasileiro sobre Drogas (2009), que mostra o seguinte:

[...] A Tabela 1.8 mostra que a porcentagem de pessoas com percepção de risco grave do uso de álcool, maconha e cocaína/crack é maior nas mulheres do que nos homens, o que pode estar associado a um consumo menos freqüente e intenso dessas substâncias pelas mulheres com relações aos homens. Quando se trata de uso freqüente de cocaína/crack, o risco é percebido igualmente por homens e mulheres. De 2001 para 2005, a percepção de risco no uso eventual de maconha e cocaína/crack aumentou, mas a de álcool diminuiu o que alerta para a necessidade de permanente realização de campanhas de prevenção que aumentam a consciência dos riscos envolvidos no consumo freqüente e indevido de drogas (BRASIL, 2009, p. 27).

Os elementos citados acima demonstram que o gênero feminino, cada vez mais, se aproxima dos parâmetros de consumo do gênero masculino. A grande questão, a saber, é. O que vem contribuindo para esse significativo aumento? Como não se tem um determinante comum, múltiplos são os fatores que poderiam contribuir, para esse uso abusivo de drogas pelas mulheres, sendo este fenômeno digno de pesquisa, no sentido de contribuir para a elucidação desses indicadores.

Trouxemos até este momento, uma síntese de como se encontra a questão do consumo no contexto brasileiro, que é uma das preocupações, no que toca a elaboração de projetos, que visem dar suporte de esclarecimento e prevenção. Neste ponto passamos a contextualizar, sobre as apreensões de substâncias psicoativas no âmbito nacional.

O Relatório Brasileiro sobre Drogas Psicotrópicas (2009) traz no conteúdo as apreensões feitas pelo Departamento da Polícia Federal, que demonstra nos indicadores, o total das apreensões no período de 2001 a 2007. No entanto, vamos contextualizar as linhas mais gerais, visando mostrar como se encontra o cenário a partir dos indicadores publicados pelo órgão.

A substância cocaína, que no período de 2001 a 2007, o estado que se encontra liderando as estatísticas é o de São Paulo, seguido de Mato Grosso do Sul, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Minas Gerais, perfazendo na totalidade das apreensões uma quantia superior a 2 toneladas da substância cocaína.

Para o crack, o volume de apreensões no período de 2007 perfaz o seguinte: A Região Sudeste lidera a lista de apreensões com um total de 524,8 Kg, seguida pela Região Sul com 333,4 Kg, vindo na seqüência a Região Nordeste com 313,8 Kg e, logo em seguida pela Região Centro-Oeste com 80,8 Kg e, por fim a Região Norte com um total de 53,6 Kg apreendidos de crack.

A substância Merla, no período compreendido entre 2001 a 2007, foram apreendidas em Kg no estado de Goiás 3,2 no ano de 2001; 4,7 em 2002; 19,7 no ano de 2003; 14,6 em 2004; 29,5 em 2005; 3,2 no ano de 2006 e 1,3 em 2007. Percebe-se no tocante a apreensão da substância Merla, que há um gradativo aumento do ano de 2001 a 2003, em 2004 há um recuo e, aumenta novamente nos anos de 2005 e 2006 e, decresce no ano de 2007. Segundo o Relatório sobre Drogas Brasileiro (2009), o maior volume apreendido da substância Merla, ocorreu no estado de Goiás e, no Estado do Maranhão com um total de 42,2 Kg, acompanhado do Distrito Federal com 58,1 Kg, apreendidos de Merla.

Também aparece no Relatório Brasileiro (2009), a apreensão de pasta base, que é utilizada para o refino da cocaína, possibilitando um aumento do

volume produto. O Relatório aponta que as apreensões, predominam nos estados da Região Norte, como Acre, Amazonas e Pará. Também dá destaque o Relatório, para a apreensão realizada em 2007 no estado do Espírito Santo. O gráfico 12.9 desse Relatório aponta que em nível de Brasil, as apreensões de pasta base vão de 200 Kg em 2001, passando para cerca de 400 Kg em 2003, tendo uma pequena queda entre 2003 a 2005, em torno de 100 Kg, e subindo em 2006 para os 400 Kg e dando um grande salto no ano de 2007 perfazendo um total de 1.200 Kg.

Com relação ao dado trazido acima, percebe-se o forte trabalho das agências que são responsáveis pela fiscalização e a apreensão de substâncias ilícitas, o que nos remete a pensar, que há sim um planejamento estratégico, por parte dos órgãos competentes, no combate a erradicação dos pontos de fornecimento dessas substâncias.

Em relação ao volume de apreensão por estados, o Relatório de (2009) traz, a saber, o seguinte panorama: A região Norte lidera o volume de apreensão com 1.595,3 Kg, vindo a seguir a região Sudeste com um montante de 452,5 Kg apreendidos, para logo em seguida, aparecer à região Centro-Oeste com 309,3 Kg, vindo seguido da região Nordeste que aparece com um total de 278,6 Kg apreendidos e, finalizando com a região Sul com uma soma de 144,3 Kg de pasta base apreendidas. A leitura que se pode fazer é que, os estados com maior volume apreendido, são estados que ficam próximas as fronteiras dos países que produzem a pasta base e, outros que são rota de tráfico internacional. O que demonstra pelo volume apreendido que, os órgãos de inteligência, já mapearam os corredores de trânsito, utilizados pelos narcotraficantes.

A maconha é a substância em pauta, que o Relatório Brasileiro traz na tabela 12.4 sinalizando os estados, com maior soma de apreensões. A tabela 12.4 do Relatório aponta a Região Centro-Oeste com o maior volume de apreensão, com um total de 492.902,1 Kg da substância apreendida, vindo a seguir a Região Sul com um total de 294.206,4 Kg apreendidos, a Região Sudeste vem na seqüência com 275.658,6 de Kg de maconha apreendidos, acompanhados da Região Nordeste que aparece com 66.002,8 Kg das

apreensões e por fim a Região Norte que contribui com 1.579,0 Kg do volume apreendido em nível de Brasil.

Observa-se que as regiões com maior quantia de apreensões, são em primeiro lugar, uma região de rota de tráfico, e as outras duas regiões com maior volume apreendido, são regiões que concentram um grande volume de consumo da substância maconha. Isso demonstra que são múltiplos os espaços que se utilizam os traficantes, para escaparem das ações repressivas do aparelho repressivo do Estado. Conforme o gráfico 12.10 do Relatório Brasileiro (2009), a evolução de apreensão da substância maconha em Kg, no período de 2001 a 2007 é a seguinte:

Do ano de 2001 a 2003 a soma apreendida de maconha ficou próxima dos 180.000 Kg, tendo uma queda no ano de 2003, para cerca de 170.000 Kg, entre 2003 a 2005, foi de 160.000 Kg para 140.000 Kg, e de 2005 a 2007, teve uma alta nas apreensões que passaram pela casa dos 165.000 Kg, chegando próximo dos 200.000 Kg de apreensão da substância maconha. A cannabis, mais conhecida como maconha, é segundo o Relatório da UNODC (2009), a substância mais largamente produzida e sobre isso expões que:

[...] Em 2009, entre 2,8% e 4,5% da população de 15-64 anos – entre 125 e 203 milhões de pessoa – havia usado cannabis pelo menos uma vez no último ano. Esse número é similar às estimativas do ano passado. A erva cannabis é o tipo mais usado, produzido e apreendido. Aumentos no uso da cannabis foram relatados nas Américas, África e Ásia em 2009, enquanto que o consumo no leste Europeu e na Oceania continuaram estáveis ou declinaram (UNODC, 2009).

Entende-se que a partir do exposto, a cannabis é a droga de preferência, do público não só brasileiro, como no contexto global, credita-se essa preferência, devido a sua ação na capacidade de relativizar a noção espaço tempo, que de certa forma, serve para a fuga da realidade Silva (2010). Adiante no subitem 1.2, estaremos trazendo a categoria drogas e suas classificações, onde faremos uma abordagem mais enfática.

Segundo o Relatório as somas de Haxixe apreendidas em Kg no Brasil foram de 33,5 Kg em 2001; em 2002 33,5 Kg; 58,8 em 2003; em 2004 90,3 Kg;

94,0 Kg em 2005; em 2006 95,7 Kg e em 2007 o montante chegou ao total de 156,8. Perfazendo uma soma de 562,6 Kg no período entre 2001 a 2007. Silva (2010) aponta que “a maconha e o haxixe, estão cada vez mais potentes. Esses dados constam do Relatório Mundial de Drogas de maio de 2006, produzido anualmente pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime)”.

A seguir estaremos trazendo dados referentes à substância LSD, uma droga sintética que misturada ao Ecstasy e ao Viagra, recebe o nome de Trimix. Dá conta no Relatório Brasileiro (2007) os seguintes indicadores, a apreensão de comprimidos da substância LSD, destacou-se no ano de 2003, que se fez superior perante aos demais anos. O total de apreensões estabeleceu-se na seguinte ordem: 2002 / 231 comprimidos; 2003 / 100.766; 2004 / 718; 2005 / 1.325; 31.689 / 2006 3 em 2007 / 3.076 comprimidos da substância LSD. O fluxo de apreensão dessa substância denota que a mesma, é bem aquém das substâncias já citadas, pois se trata de uma droga sintética, cujo valor elevado, faça com que os usuários de substâncias psicoativas, não dêem preferência a ela, essa uma tese nossa, a partir das vivências em campo de estágio.

No rol de substâncias psicoativas apreendidas e, listadas no Relatório Brasileiro (2007), vamos tecer o panorama do ecstasy no Brasil, contextualizado no documento referido. O volume das apreensões de ecstasy contidas no Relatório Brasileiro (2007) mostra que: a região Sudeste é a que predomina, com um total de 254.607 comprimidos apreendidos no período de 2001 a 2007; a região Nordeste vem em seguida com a soma de 84.238 comprimidos; a região Sul acusa um total de 66.702 comprimidos; a região Norte perfaz uma quantia apreendida de 24.600 e a região Centro-Oeste finaliza a lista de apreensões com a soma de 7.063 comprimidos.

Olhando para os dados mapeados no Relatório, percebe-se que a região Sudeste, é o maior mercado de apreensão da substância ecstasy. Acreditamos que isso é uma consequência natural, pois há uma grande concentração populacional nessa região e, o histórico das festas onde é consumida essa droga, se dá com mais frequência nesse espaço. A última substância psicoativa, que vamos contextualizar é a Heroína.

Em nível de Brasil, as apreensões de Heroína em Kg no período de 2001 a 2007 foram às seguintes: em 2001 12,6 Kg; 43,4 Kg em 2002; 2003 foram apreendidos 51,4 Kg; em 2004 50,1 Kg; 19,7 Kg em 2005; no ano de 2006 acusa um total de 88,4 Kg e em 2007 o percentual foi de 10,1 Kg de Heroína apreendidos no Brasil. Nota-se que no tocante a essa substância, o volume de apreensões é bem inferior as que já foram citadas nesse estudo. A relação que se pode fazer é a de que, a sua comercialização por ser de grande soma no mercado do tráfico, faça com que haja uma ínfima procura no mercado brasileiro. No ponto abaixo iremos refletir sobre as características mais freqüentes de drogas, suas classificações e conseqüências para a saúde.

2.2 Drogas: Suas Categorias e as Conseqüências a Saúde.

Neste subitem faremos uma pontuação acerca da classificação das drogas, ou seja, estaremos trazendo na linguagem dos teóricos da área, onde esses estudiosos qualificaram as drogas pela sua ação no Sistema Nervoso Central (SNC). Essa classificação foi feita segundo o Livro Informativo sobre Drogas Psicotrópicas organizados Pelo Centro Brasileiro sobre Drogas (CEBRID); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD) e o Ministério da Justiça (MJ).

Há uma temática específica para se trabalhar o assunto Drogas, nas diferentes idades no tocante a Criança e o Adolescente, respeitando sua integridade e, o seu desenvolvimento cognitivo. A Secretaria Nacional sobre Drogas (SENAD, 2011) traz no conteúdo deste documento, uma narrativa que se alinha ao nosso olhar e, que foi uma das nossas preocupações no momento da sistematização do Projeto de Intervenção, e que conforme a SENAD versa o seguinte:

[...] O uso indevido de drogas é uma questão que preocupa pais, educadores, profissionais, de saúde e a sociedade em geral. Uma das dificuldades encontradas para enfrentar o problema é a falta de informações confiáveis sobre o assunto. Muitas vezes, os dados são divulgados fora de um contexto, sem fundamento na realidade ou de forma distorcida, contribuindo para uma visão preconceituosa (SENAD, 2011).

O objetivo do assunto prevenção, sempre é balizado no sentido de esclarecer e tornar público, os efeitos das substâncias psicoativas na saúde dos sujeitos, bem como, sinalizar a complexidade da dependência química e, os rebatimentos sociais da mesma na vida da pessoa, que faz o uso/abuso de drogas. Jamais se deve propor um debate, em que fique sugestionado o juízo de valor, onde a estigmatização e, o olhar com descriminação prepondere, sobre o dependente de álcool ou droga, o objetivo deve sempre ser o de propor a discussão saudável em que, a Criança e o Adolescente tenham a capacidade de decidir por si mesmos, ou seja, a partir do conhecimento escolher as suas ações em relação às drogas.

As substâncias psicoativas estão divididas em três grupos, conforme a sua ação no Sistema Nervoso Central (SNC). Segundo o Livro da SENAD (2011) a classificação foi realizada por cientistas franceses e, ficou muito bem sintetizada, não se utilizando de jargões da área da medicina. As substâncias psicoativas foram classificadas da seguinte maneira: Depressores (as) que podem também serem chamadas de (psicolépticos); Estimulantes, que também pode se chamar de (psicoanalépticos) e Perturbadores, que podem ser denominadas de (psicoticomiméticos, psicodélicos, alucinógenos, psicometamórficos) etc. Compõem o quadro de Substâncias Depressoras da Atividade Cerebral os seguintes conteúdos:

Álcool; Soníferos ou hipnóticos (drogas do sono) como barbitúricos alguns benzodipínicos; Ansiolíticos (calmantes inibidores da ansiedade) como o diazepam, lorazepam; Opiáceos ou narcóticos (aliviam a dor e causam sonolência) são a morfina, heroína, codeína e meperidina entre outras; Inalantes ou solventes (colas, tintas, removedores etc.).

O quadro das Substâncias Estimulantes da Atividade Cerebral é composto pelos seguintes conteúdos: Anorexígenos (atenuam a fome) principais compostos são a dietilpropiona, fenproporex; cocaína, crack ou merla. E por fim, compõem o quadro de Substâncias Perturbadoras da Atividade Cerebral os seguintes conteúdos: Naturais: Mescalina (do cacto mexicano); tetrahydrocannabinol (THC ou maconha); Psilocibina (de certos cogumelos); Lírio (trombeteira, zabumba ou saia-branca). Sintéticas: LSD-25;

Êxtase (MDMA) e Anticolinérgicos (Artane®, Bentyl®). Essas substâncias acarretam em sintomas agudos no Sistema Nervoso Central (SNC), que vamos pontuar adiante e, que são, a saber, as seguintes:

Bebidas Alcoólicas ou Álcool Etílico: Fermentados (vinho, cerveja), Destilados (pinga, whisky e vodka) (CEBRID, 2001), nos primeiros períodos de ingestão do álcool, podem surgir efeitos como a euforia, a desinibição e loquacidade (facilidade para se comunicar), com o andar dessa ingestão, podem vir a aparecer os efeitos depressores como a falta de coordenação motora, descontrole e o sono. Se o consumo demasiado, chegando ao exagero, poderá provocar o estado de coma alcoólico.

Inalantes ou Solventes: (Cola de Sapateiro, Esmalte, Lança-Perfume) segundo o Livreto Informativo sobre Drogas do CEBRID, as Drogas Inalantes tem o seu efeito quase que instantâneo, ficando de segundos a minutos e, desaparecendo em torno de 15 a 40 minutos. Os efeitos mais comuns produzidos pelos Inalantes vão desde a depressão, chegando a processos de alucinação, teóricos da área pontuam que, os efeitos da substância Inalante, lembram os da bebida alcoólica, contudo, não aparecem os efeitos alucinógenos, a depressão é um dos efeitos que se sobre sai nos Inalantes, sobretudo, o funcionamento do sistema cerebral.

Os Inalantes foram analisados em quatro etapas, a partir dos seus efeitos no (SNA): primeira fase (da excitação); segunda fase (depressão); terceira fase (depressão profunda) e a quarta fase é a da (depressão tardia).

Na primeira fase (excitação), a pessoa tende a ficar eufórica, visivelmente excitada, com tonturas e sentido perturbações visuais e auditivas, entretanto podem surgir sintomas como náuseas, espirros, tosse, salivação em excesso e a face dá-se avermelhada. A segunda fase (depressão), a perda dos sentidos acomete a pessoa, comprometendo os sentidos, a voz fica pastosa, a visão torna-se embaçada, há a perda do controle, percebem-se dores de cabeça, a pessoa vai ficando pálida, e por fim começa a ouvir e ver episódios.

Na terceira fase dá-se (onde a depressão se aprofunda) há um decréscimo no estado de alerta, ocorre à redução da marcha, a pessoa fica vacilante nesse sentido, os reflexos tornam-se deprimidos, a fala fica “engrolada”, podendo também haver o aparecimento de alucinações presentes.

Para a quarta fase (depressão tardia) a pessoa poderá chegar ao processo de inconsciência, há a queda de pressão arterial, relatos de sonhos estranhos, podendo haver o processo de convulsões ou ataques. Nesta fase pode ocorrer a morte⁸ pela inalação, no momento em que o usuário, não consegue retirar do rosto o saco utilizado para cheirar a substância.

Há outras conseqüências dos solventes no corpo humano, sobre isso, trazemos o seguinte “os solventes tornam o coração mais sensível a substância adrenalina, produzida no corpo, que eleva a pulsação cardíaca, se uma pessoa usar o solvente e, fizer esforço físico, seu coração poderá sofrer uma arritmia cardíaca” (CEBRID, 2011). Ainda no tocante as substâncias depressoras do sistema nervoso central, vamos explanar sobre os tranqüilizantes, ou ansiolíticos e, seus efeitos no cérebro.

O uso de tranqüilizantes ou ansiolíticos⁹ produz uma depressão na atividade cerebral, que tem como características: diminuição do estado de alerta, relaxamento muscular, indução ao sono, a ansiedade é diminuída. Conforme o Livreto do CEBRID (2011), “os efeitos dos ansiolíticos benzodipínicos são grandemente alimentados pelo álcool, e a mistura de álcool com essas drogas pode levar ao coma”, ainda sinala que os usuários dessas substâncias, têm dificultada a sua capacidade cognitiva, afetando a memória, o que se torna bastante prejudicial ao que fazem uso habitual dessas substâncias. Vamos trazer um aspecto geral sobre os ansiolíticos, que alerta para o seguinte:

[...] Os benzodipínicos, quando usados durante alguns meses seguidos, podem levar as pessoas a um estado de dependência. Como conseqüência, sem a droga o dependente passa a sentir muita irritabilidade, insônia excessiva, sudoração, dor pelo corpo todo, podendo, em casos extremos, apresentar convulsões. Se a dose tomada já é grande desde o início, a dependência ocorre mais rapidamente ainda. Há também desenvolvimento de tolerância, embora esta não seja muito acentuada, isto é, a pessoa fica

⁸Morte: a morte que nos referimos é a física, entretanto, sabe-se que a aspiração repetida, crônica, dos solventes pode levar a destruição dos neurônios (células cerebrais), causando lesões irreversíveis no cérebro. Além disso, pessoas que usam solventes cronicamente apresentam-se apáticas, têm dificuldades de concentração e déficit de memória (CEBRID, 2011, p. 19).

⁹Ansiolíticos: é importante lembrar que essas substâncias também prejudicam em parte as funções psicomotoras, prejudicando atividades como dirigir automóveis aumentando a probabilidade de acidentes (CEBRID, 2011).

acostumada à droga e precisa aumentar a dose para obter o efeito inicial (CEBRID, 2011, p. 22).

Frisamos o ponto exposto acima, devido ao entendimento de que, em muitos momentos no campo de atuação profissional, os profissionais de saúde pautam-se meramente nas substâncias ilícitas que causam dependência, esquecendo de que muitas pessoas fazem uso de ansiolítico, por longo período e, não se reconhecem como dependentes de substâncias psicoativas.

Outra categoria de substâncias psicoativas, classificada como depressora do sistema cerebral, que vamos explicar, são os calmantes e os sedativos. Sobre essas substâncias, salientamos que a sua atuação no sistema cerebral gera as seguintes conseqüências: Segundo o Livroto de Substâncias Psicotrópicas do CEBRID, os barbitúricos são capazes de causar depressão em inúmeras regiões do cérebro. Isso tudo ocasiona sintomas como sonolência, as pessoas que fazem uso sentem-se menos tensas, há uma sensação de calma e relaxamento. Sinaliza ainda o conteúdo do Livroto do CEBRID, sobre os barbitúricos que, em doses maiores que as prescritas pelos médicos, a pessoa usuária de barbitúricos sentem-se como que embriagada (semelhante ao consumo em excesso de bebidas alcoólicas), a fala da pessoa começa a ficar pastosa e, há o comprometimento do andar, ou seja, a pessoa começa a ter dificuldades em se locomover. Para o CEBRID (2011) “os efeitos anteriormente descritos deixam claro que, quem usa esses barbitúricos tem a atenção e as faculdades psicomotoras prejudicadas, assim, fica perigoso operar máquina, dirigir automóvel etc.”. É digna de nota a seguinte narrativa do CEBRID sobre os barbitúricos no Brasil, que discorre o seguinte:

[...] Os barbitúricos eram usados de maneira até irresponsável no Brasil. Vários remédios para dor de cabeça, além da aspirina, continham também um barbitúrico qualquer. Assim, os antigos como Cibalena®, Veramon®, Optadilon®, Fiorenal® etc. tinham o butabarbital ou secobarbital (dois tipos de barbitúricos) em suas fórmulas. O uso abusivo que se registrou – muita gente usando grandes quantidades, repetidamente – de medicamentos, como o Optadilon® e o Fiorenal®, levou os laboratórios farmacêuticos a modificarem suas fórmulas, retirando os barbitúricos de sua composição (CEBRID, 2011, p. 25)

Sobre essa perspectiva, nota-se que em algum momento da vida, pessoas que hoje se encontram com idade superior aos trinta anos, fizeram uso de barbitúricos na vida, visto que, por exemplo, no caso da Cibalena, esta composição era um medicamento vendido livremente, em estabelecimentos de pequeno comércio, até meados dos anos 2000. Finalizando a categoria de substâncias depressoras, vamos contextualizar sobre os Opiáceos e os Opioides.

Conforme os dados do Livreto do CEBRID (2011), os opiáceos e os Opioides ocasionam os mesmos efeitos no sistema cerebral, geram uma diminuição na atividade, sublinha-se que os efeitos, ou as diferenças, se dão muito mais no sentido quantitativo, ou seja, se equivalem na produção dos mesmos efeitos. Tem-se então que essas drogas originam a hipnose e a analgesia (acréscimo do sono), portanto recebem a nomenclatura de narcóticos, que por produzirem ao mesmo tempo (sono e decréscimo da dor) foram assim determinadas.

Cita ainda o conteúdo do Livreto sobre Drogas Psicotrópicas do CEBRID, no tocante a substância opiáceos que “para algumas drogas a dose necessária para esse efeito é pequena, ou seja, bastante potentes, como por exemplo, a morfina e a heroína; outras, por sua vez, necessitam de doses 5 a 10 vezes maiores, para se ter o mesmo efeito”. Como exemplo tem-se a codeína e a meperidina.

[...] Em geral, as pessoas que usam essas substâncias sem indicação médica, ou seja, abusam delas, procuram efeitos característicos de uma depressão geral do cérebro: um estado de torpor, como isolamento da realidade do mundo, calmaria na qual realidade e fantasia se misturam sonhar acordado, estado sem sofrimento, afeto meio embotado e sem paixões. Enfim, fugir das sensações que são a essência mesmo do viver: sofrimento e prazer que se alternam e se constituem em nossa vida psíquica plena (CEBRID, 2011, p. 29).

Com relação à narrativa exposta acima, a mesma nos traz a recordação, dos diálogos com os residentes do campo socioocupacional, onde realizamos o estágio curricular em Serviço Social, onde os residentes em suas falas

deixaram muito bem esclarecidos, que usavam as substâncias psicoativas, para fugir da realidade, como uma prática de isolamento.

Outra categoria de substância psicotrópica que vamos pontuar nesse subitem, diz respeito às drogas Inalantes, sobre elas, o Livro sobre Drogas Psicotrópicas do CEBRID (2011) traz que nessa categoria, se incluem os seguintes conteúdos: Anfetaminas (bolinhas, rebites); cocaína (pasta de coca, Crack, merla) e o tabaco. E sobre essas substâncias, faremos uma abordagem sobre os seus efeitos, ou conseqüências do uso/abuso das mesmas.

Os efeitos das Anfetaminas no sistema cerebral, segundo o Livro do CEBRID (2011), são muito complexos, afetando múltiplos comportamentos do sujeito. A pessoa sob os efeitos dessa substância tem insônia (há um decréscimo no sono), sente inapetência (perda do apetite), sente-se plena de forças, ou seja, há um aumento de sua energia, o seu falar torna-se mais fluente, ficando nem um estado conhecido como “ligado”, ou seja, aumento das suas percepções.

[...] A pessoa que toma anfetaminas é capaz de executar uma atividade qualquer por mais tempo, sentido menos cansaço. Este só aparece horas mais tarde, quando a droga já se foi do organismo; se nova droga for tomada as energias voltam, embora com menos intensidade. De qualquer maneira, as anfetaminas fazem com que o organismo reaja acima de suas capacidades, esforços excessivos, o que logicamente é prejudicial à saúde. E, o pior é que se a pessoa ao parar de tomar sente uma grande falta de energia (astenia), ficando bastante deprimida, o que também é prejudicial, pois nem consegue realizar as tarefas que normalmente fazia anteriormente ao uso dessas drogas (CEBRID, 2011, p. 36).

Sobre as anfetaminas, é freqüente nos noticiários, episódios de acidentes de trânsito¹⁰ fatais, envolvendo motoristas de transportes dos diferentes seguimentos no Brasil, onde há a associações dos erros, ou causas principais, relacionadas ao uso dessas substâncias. Segundo teóricos da área de tráfego terrestre, esses são acidentes que poderiam ser evitados, caso não

¹⁰Trânsito: Os acidentes de trânsito relacionado ao uso de substância psicoativa (SPA) geram uma série de custos econômicos e sociais para toda a sociedade. No Brasil, estima-se um custo anual de R\$ 5,3 bilhões relacionados aos acidentes de trânsito em grandes metrópoles (IPEA/ANTP, 2003) – aproximadamente 0,4% do PIB do país. Fonte: Uso de bebidas alcoólicas e outras drogas nas rodovias brasileiras e outros estudos (SENAD, 2010).

houvesse a pressão das empresas, sobre os profissionais desse segmento, que sofrem com a ditadura do prazo de entrega, são as lógicas do mercado, influenciando na vida da classe que vive do trabalho e, que para cumprirem os prazos estipulados, utilizam as substâncias psicoativas.

[...] A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que o número de mortes decorrentes de acidentes de trânsito deve ultrapassar um milhão de pessoas em 2015 e reconhece como uma das causas principais desses acidentes o consumo de SPA. No Brasil, mortes violentas ocupam a segunda posição dentre as causas de morte da população (Scalassara et. al. 1998). De acordo com Minayo (2009), acidentes de trânsito e homicídios são os principais tipos de óbito que caracterizam mortes violentas no Brasil. Na década de 1990, o Brasil teve 310 mil mortes relacionadas com acidentes de trânsito, excluindo-se os casos de acidentes que não tiveram vítimas fatais (SENAD, 2010).

Literalmente, vê-se que a questão “drogas e trânsito”, demandam uma extraordinária atenção dos governos, tanto nas políticas públicas de prevenção, como na de fiscalização das rodovias, entretanto, salientamos que também se faz necessário, uma discussão sobre as relações de trabalho dos profissionais de transporte, que ao nosso olhar, são desprotegidos dos seus direitos trabalhistas, no momento em que, não são respeitados enquanto categoria profissional, muito menos como cidadão. Percebe-se que há a supressão do direito, em prol dos lucros do sistema econômico vigente.

Ainda no tocante as substâncias Estimulantes, vamos falar sobre uma das drogas mais utilizadas no contexto social Mundial e, também no contexto brasileiro. A substância a qual os referimos é a cocaína, uma substância extraída das folhas de uma planta encontrada exclusivamente na América do Sul “a *Erythroxylon coca*”, também conhecida como coca ou epadu. Os efeitos da cocaína no cérebro vão desde o comportamento violento do usuário de droga, quando faz uso excessivo, passando por irritabilidade, tremores e atitudes bizarras, pelo aparecimento do estado de paranóia (nóia). O efeito da nóia, em especial nos usuários de crack, faz com esses passem a vigiar o seu local de uso da droga e, desconfiam de toda e qualquer pessoa, tendo em inúmeras situações, uma atitude agressiva.

Segundo o Livreto do CEBRID (2011) “Eventualmente, os usuários podem ter alucinações e delírios. A esse conjunto de sintomas dá-se o nome de ‘psicose cocaínica’. Além dos sintomas descritos, o craquero e o usuário de merla perdem de forma muito marcante o interesse sexual. Alguns efeitos sobre outras partes do corpo, ocasionados pelo uso da cocaína:

[...] Os efeitos provocados pela cocaína ocorrem por todas as vias (aspiradas, inalada, endovenosa). Assim, o crack e a merla podem produzir aumento das pupilas (midríase), que prejudica a visão; é a chamada “visão borrada”. Ainda podem provocar dor no peito, contrações musculares, convulsões e até coma. Mas é sobre o sistema cardiovascular que os efeitos são mais intensos. A pressão arterial pode se elevar e o coração pode bater muito mais rapidamente (taquicardia). Em casos externos, chega a produzir parada cardíaca por fibrilação ventricular. A morte também pode ocorrer devido à diminuição de atividade de centros cerebrais que controlam a respiração. O uso crônico pode levar a degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, conhecida como rabdomiólise (CEBRID, 2011, p. 40).

As percepções, acerca do poder de destruição da cocaína, foram entendidas nas experiências do campo de estágio, que estaremos trazendo na terceira parte deste estudo, entretanto, a cocaína é a droga, que mais é usada segundo os dados da SENAD (2011). Finalizando o ponto de discussão sobre substâncias estimulantes, teceremos algumas considerações, sobre uma droga lícita, que é o tabaco e, que segundo o Livreto do CEBRID (2011) “é uma planta com o nome científico de *Nicotiana Tabacum*, da qual é extraída uma substância chamada nicotina. Sua utilização se deu aproximadamente no ano 1000 a.C., nas sociedades indígenas da América Central”.

Os efeitos que se destacam do uso do tabaco e, da ação da nicotina no sistema cerebral, são em suma: uma leve elevação do humor (estimulação) e uma diminuição do apetite. Considera-se a nicotina, como um estimulante brando, entretanto, há relatos de fumantes, que percebem uma impressão de relaxamento, quando do uso dessa substância. Conforme o Livreto do Cebriid (2011) esse relaxamento se dá devido “a diminuição do tônus muscular”.

Fumantes, que fizeram o uso de nicotina por longo período e, que resolvem parar com o uso de maneira abrupta, sentem a chamada “fissura”, que é o desejo desmedido de fumar, desenvolvem irritabilidade, dores de

cabeça, insônia, tontura, sudorese, dificuldade de concentração, prisão de ventre, agitação. Esses são alguns dos sintomas que aparecem, quando há, a abstinência da nicotina.

Outros efeitos, que a nicotina produz no corpo, são, a saber, os seguintes segundo o Livro do CEBRID (2011) “a nicotina produz um pequeno aumento no batimento cardíaco, na pressão arterial, na frequência respiratória e na atividade motora”. Abordaremos a seguir outra categoria de substância psicoativa, que compõem a classificação contida, no Livro do CEBRID (2011). Trata-se aqui das substâncias Perturbadoras do Sistema Nervoso Central. Englobam essa categoria os seguintes conteúdos: Naturais (Mescalina, THC “maconha”, Psilocibina, Lírio); Sintéticas (LSD-25, Êxtase, Anticolinérgicos). Elegemos para contextualizar nesse ponto, as substâncias que mais se destacam nessa categoria, que são o THC ou maconha, LSD-25 e o Êxtase.

O Tetrahydrocannabinol, popularmente conhecida como maconha, recebe o nome científico de *cannabis sativa* e, já era conhecida há 5000 anos, segundo o CEBRID (2011), “sua utilização se dava para fins medicinais e, para ‘produzir risos’”. Constam no Livro do CEBRID (2011) dois tipos de efeito da maconha, um é o efeito físico (ocorre no corpo ou parte dele), psíquico (afeta o cérebro), ainda os efeitos da maconha podem vir a sofrer alterações, conforme o período de utilização e, as conseqüências podem ser agudas ou crônicas. As agudas aparecem logo que se faz o uso da substância, já a crônica, aparece ao passo que a pessoa faz o uso por longas semanas ou meses.

Os efeitos físicos agudos da maconha caracterizam-se da seguinte maneira: olhos avermelhados (hiperímia), boca seca (xerostomia), batimentos cardíacos vão de 60 a 80 batimentos, podendo chegar a 120/140, ou até mais que isso (taquicardia). Segundo o CEBRID (2011) os efeitos psíquicos agudos vão depender da propriedade da maconha utilizada e, de como é a sensibilidade de quem a fuma. Os efeitos que aparecem são: alívio seguido de calma e relaxamento, diminuição da fadiga, risos (hilaridade).

Já em outras pessoas, esse efeito pode ser desconfortável, esse desconforto pode ser em forma de angústia, sentem-se aturdidas, medo da perda do controle mental, tremores e sudorese. Na gíria dos usuários isso é

tido como a “má viagem”, há também o comprometimento da leitura da relação tempo/espaço, com lesões da memória e déficit na atenção. Para o (CEBRID 2011) “a pessoa sob a ação da maconha, erra grosseiramente na discriminação do tempo, tendo a sensação de que se passaram horas, quando na realidade, foram alguns minutos; um túnel com 10m de largura aparenta ter 50 ou 100m”, outro efeito no cérebro, é na memória de curto prazo, e que é de suma importância, para certo instante, ficando assim, comprometida essa região do cérebro do usuário de maconha.

Os efeitos físicos crônicos, do uso da maconha segundo o CEBRID (2011), são os mais severos, o seu uso abusivo afeta inúmeros órgãos do corpo humano, exemplo citado no Livro do CEBRID (2011) são os pulmões, a irritação causada pela composição vegetal da maconha, faz aparecer os problemas respiratórios (bronquites), como acontece também no caso do tabaco.

Um efeito ainda maior ocasionado pela fumaça da maconha, segundo o CEBRID (2011) é que:

[...] a fumaça da maconha contém alto teor de alcatrão (maior mesmo que na de cigarro comum) nele existe uma substância chamada benzopireno, conhecido como cancerígeno; ainda não está provado cientificamente que o fumante crônico de maconha está sujeito a adquirir câncer nos pulmões com maior facilidade, mas os indícios, em animais de laboratório, de que assim pode ser são cada vez mais forte (CEBRID, 2011, p. 49).

A grande parte dos usuários de maconha desconhece o poder destrutivo dessa substância, visto que, não se preocupam em saber os efeitos para com a saúde do corpo, preocupam-se em apenas sentir as percepções, proporcionadas pela droga, esta é uma tese nossa percebida nas vivências com usuários desta substância.

Outra consequência do uso crônico da maconha, trazido no Livro do CEBRID (2011), diz respeito à testosterona, o hormônio masculino, que possibilita ao homem um aumento do tônus muscular; a voz tornar-se mais grossa; o aparecimento da barba; e responsável pela produção de espermatozóide. Conforme os dados expostos pelo CEBRID (2011) “existem provas de que a maconha diminui em até 50 a 60% a quantidade de testosterona.

Conseqüentemente, o homem apresenta um número bem reduzido de espermatozóide no líquido espermático, ocorrendo assim à infertilidade”.

Ainda considerando os efeitos crônicos de uso da maconha, é sabido e publicados por teóricos da área da saúde, que o uso dessa substância prejudica na questão da aprendizagem e na capacidade de memorização.

[...] É evidente que o consumo de maconha pode produzir efeitos danosos. Sabe-se que o abuso pode conduzir o usuário a problemas de concentração e memória e que em determinadas pessoas o uso está correlacionado à precipitação de surtos esquizofrênicos (Rolin, ZERO HORA, 2010).

A partir do exposto, compreende-se que, a grande parcela de adolescentes, que faz uso da substância maconha, acaba prejudicando o seu desenvolvimento intelectual, comprometendo a sua saúde e, também a possibilidade do seu aprendizado profissional, já que a maconha atua em campo essencial do ser humano o cérebro.

A substância LSD-25 (o termo é uma abreviação de dietilamina do ácido lisérgico) segundo o Livro do CEBRID (2011) “são substâncias fabricadas (sintetizadas) em laboratório, não sendo, portanto, de origem natural, e que são capazes de provocar alucinações no ser humano, ou seja, o usuário dessa droga tem percepções, sem a existência do objeto”.

Os efeitos dessa droga foram descobertos segundo o CEBRID (2011), pelo cientista suíço Hoffman, no ano de 1943, e isso se deu por acaso. Os efeitos no cérebro provocados pelo LSD-25 são os seguintes.

Conforme o exposto pelo CEBRID, em seu Livro sobre substâncias psicoativas, a pessoa que experimenta o LSD-25 pode desenvolver percepções muito subjetivas, enquanto uns ficam em um estado de excitação e intensa atividade, para outros, o estado é de passividade e de retração. O LSD-25 tem a capacidade de produzir algumas distorções, quando da percepção do ambiente do tipo (formas, cores e contornos alterados). Há a ocorrência de sinestésias (estímulos do olfato, tato), pode ocorrer também o aparecimento de delírios, o que se tem como “falso juízo de valor”, na linguagem dos usuários, ou seja, existe um fato real, ou outro qualquer, entretanto, o surto delirante não permite a avaliação correta.

O Êxtase ou MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina) é uma substância que foi sintetizada no ano de 1912 e foi patenteada posteriormente, em 1914 pela Empresa Farmacêutica Merck da Alemanha (CEBRID, 2011, p. 56). O seu propósito era o desenvolvimento de um medicamento, para a diminuição do apetite, contudo, devido ao seu escasso proveito clínico, foram abandonados os seus estudos.

No tocante aos efeitos do Êxtase no sistema cerebral, a droga possui sintomas semelhantes, aos dos estimulantes do sistema nervoso central (agitação), também aparecem efeitos de ordem perturbadores como (troca da percepção da realidade). Segundo o CEBRID (2011) “os efeitos mais marcantes são a sensação de melhora nas relações entre as pessoas, o desejo de se comunicar, melhora na percepção musical e aumento da percepção das cores”.

O fato de se assemelharem a outras substâncias psicotrópicas, os resultados do uso do Êxtase, irá depender do local aonde se faz o uso, ou o ambiente em que essa substância é maior utilizada, ou melhor, diríamos apropriada para o seu uso, que são em clubes noturnos e, nas festas rave, onde o panorama se dá envolvido pelas luzes e suas variações, bem como, a música que é específica para o contexto. O MDMA possibilita que as pessoas tenham uma melhor percepção de si mesmas e, passem a gostar mais de si próprias.

Segundo o CEBRID (2011) decorrem do uso de Êxtase as seguintes e principais complicações:

[...] O uso de êxtase é geralmente seguido de um grande esforço físico, devido a uma prática vigorosa da dança. Essa associação (esforço físico e êxtase) tende a aumentar consideravelmente a temperatura, que pode atingir de 42°C e, inclusive, ser mortal. Uma das complicações mais curiosas, no entanto, é a da intoxicação por água. Com o aumento da temperatura, a ingestão de água torna-se uma necessidade. Mas, quando isso acontece de forma excessiva, a água começa a acumular no organismo, uma vez que o êxtase também dificulta a eliminação dos líquidos do corpo (aumenta a liberação do hormônio diurético). Dessa forma, a ingestão excessiva de água pode se tornar perigosa, inclusive fatal (CEBRID, 2011, p. 57).

A narrativa acima, nos permite uma melhor compreensão da complexidade dessa droga. Há um considerável número de óbitos, que são relacionados ao uso dessa substância. Na seqüência de nosso estudo, iremos apontar a importância do projeto ético-político do Serviço Social, seu compromisso com as pessoas que sofrem no cotidiano de suas vidas os rebatimentos da questão social, e no enfrentamento das correlações de força e poder que se materializam através do tráfico de drogas.

3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: como baliza de construção ao caminho de proteção ao uso/abuso de drogas à Criança e o Adolescente.

Segundo Iamamoto (2007), o Serviço Social é uma das áreas profissionais, que se inscreve no contexto social, especializadas no trabalho e atuação da questão social. O assistente social permeia o conjunto do mundo do trabalho, inscrito na produção e reprodução da vida social. Entender o cotidiano do sujeito, perceber a sua realidade e, a sua totalidade, construindo proposições de atuar inovadores, com o intuito de atuar na garantia da efetivação dos direitos positivados na CF de 1988, eis o perfil de um profissional, que deverá atuar na criação, execução e o gerenciamento das políticas públicas, visando dar respostas efetivas, as demandas sociais na conjuntura do Brasil.

“Como já foi referido, o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos (IAMAMOTO, 2007, p. 27)”.

Para Iamamoto (2007) o assistente social não deve limitar-se ao conformismo do emprego, necessitando em diversas situações, romper com trabalhos e atividades burocráticos pragmáticos. Sinaliza que a profissão de assistente social, frente à questão social, está para além do mero cumprimento de atividades já estabelecidas, sublinha que é o exercício de uma profissão, balizada pela competência crítica de propor, mediar com instituições os seus projetos, defendendo o atuar no campo socioocupacional. Pontua Iamamoto (2007), que isso denota uma ação para o devir (vir a ser), ultrapassando limites institucionais, e a atitude investigativa na compreensão da realidade e, do

cotidiano social, identificando os processos que estão em evidência, bem como, a possibilidade de alavancar a ruptura, com a naturalização das desigualdades no seio da sociedade.

[...] “as alternativas não saem de uma suposta ‘cartola mágica’ do assistente social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim a conjuntura não condiciona unidirecionalmente às perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 21 e 22)”.

A urgência, de uma transição do cotidiano dos extratos sociais infanto-juvenis, não deve ficar apenas nos limites e nas possibilidades no nosso prisma, as alternativas de mudança no trato das expressões da questão social, que abarcam essa categoria que é o tema ao qual ora se debruça, é subjetividade profissional a se propor nas políticas afirmativas e, uma compreensão da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, é exercício diário no tocante ao uso/abuso de drogas e, o fator determinante da transformação e debate da escola cidadã, que é arena social, formadora na vida desses sujeitos.

Habermas (1999) transcreve que o sujeito e a sua subjetividade, não são fundamentados por intermédio de ato solitário de auto-reflexão, entretanto, advêm de um movimento de formação que se apresenta com uma série de relações complexas, discorre ainda o autor, que a interação social é, senão potencialmente um conhecimento construído pelo diálogo, interação comunicativa.

Salienta que a penetração da razão instrumental no meio da atividade humana interativa, produz um vácuo, ou seja, a inexistência da atividade

comunicativa. Essa redução, ou falta de diálogo, é processo fundante e estrutural de ação, que ocasionou no homem moderno, biótipos de sentimento, pensamento e de ação, assentados no individualismo, isolamento, competição, cálculo e rendimento, que para Habermas (1999), seriam as fundamentações, que cristalizam as bases da questão social.

Na teoria de ação comunicativa, Habermas (1999) traz o tripé que poderá transcender o paradigma atual da conjuntura educacional, sinaliza para três pilares: verdade, liberdade e justiça, que segundo o pensador, seriam modelos que transcenderiam o cotidiano da fala. Pondera que ao se comunicarem, os sujeitos estabelecem conexões entre ambos e, que os atos das falas, remontam ao mundo lastreado por três esferas: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos, todas as três se resumiriam para Habermas (1999) ao mundo das interações sociais.

Netto (1999) que discorre a cerca da teoria social crítica, referendando a tradição marxista, onde contextualiza que a “sociedade não é um ser de gênese intencional, ou seja, a sociedade não objetiva finalidades, apenas dispõe de existência em si, límpida e factual”. Contudo, essa mesma teoria de Netto (1999), destaca que, os seres envolvidos nesse contexto, ou seja, homens e mulheres atuam de maneira teleologicamente¹¹, isto é, agem sempre orientados para os objetivos, metas e finalidades.

Para Netto (1999) que sinaliza, em qual direção a construção da atual sociedade da educação deve-se pautar, uma delas é na construção de projetos societários, que devem tratar sobre temas, que apresentem a imagem de uma sociedade, a ser pautada em valores determinados para justificá-la e, que privilegiem determinados meios como “material e cultural”, para torná-la concreta.

A cerca disso Netto (1999) demarca que a experiência histórica, clarifica tendo como escopo a marca da classe social, cujos interesses pontuais, respondam a projetos societários, que se constituem em estruturas flexíveis e mutáveis: “adere-se a novas ofertas e anseios, metamorfoseiam-se e, se

¹¹Teleologicamente: Conforme Lessa (1996) a expressão remete-se a transformação da natureza, onde o resultado final dessa transformação é previamente construído na subjetividade sob a forma de uma finalidade que orientará todas as ações que virão a seguir.

refazem condicionadas as conjunturas históricas e políticas”. Frente a isso mister que, os projetos societários, sejam norteados por profissionais que tenham em sua formação, o compromisso ético, voltado para as necessidades dos seus usuários e, a população a margem da exclusão social. Frente a isso Netto (1999) baliza que:

[...] O projeto profissional da categoria de assistente social deve ser construído coletivamente, que não possua somente o exercício de profissionais de campo ou da prática, mas, que seja pensada entre membros que dêem efetividade a profissão, e que é por intermédio dessa organização, que envolvem profissionais, instituições formadoras, pesquisadores, docentes, e estudantes da área, bem como organismos corporativos, acadêmicos e sindicais, que o corpo profissional de materialidade ao seu projeto. Considerando o Serviço Social no Brasil, a categoria de assistente social, compreende o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (NETTO, 1999, p. 4).

Nessa mesma linha de raciocínio Netto (1999), enfatizamos que os projetos profissionais são plurais, sendo os componentes dessa categoria indivíduos díspares, ou seja, que se difere em suas características, desde a sua origem, chegando ao campo do ideário político. O autor coloca que, “o corpo profissional não é homogêneo e, por isso, dentro do projeto profissional, existem os modelos de projetos individuais e societários, configurando um universo pluralista, podendo desse viés, advir inúmeros projetos antagônicos”.

[...] A consideração do Assistente Social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente. Coloca de frente indagações como: a quem vem efetivamente servindo esse profissional, que interesses reproduz, quais as possibilidades de estar a serviço dos setores majoritários da população? (IAMAMOTO, 2007, p. 88).

Com o questionamento trazido acima, referendado pela dialética de IAMAMOTO (2007), buscamos desenvolver o pensamento de que, a dinâmica do mundo do trabalho, não corresponde aos desígnios do Projeto-Ético-Político da profissão, ao nosso olhar, percebemos que, muitos profissionais assistentes

sociais, meramente reproduzem o viés do sistema econômico em vigência, ora enquanto profissionais, ora enquanto sujeitos que compõem a sociedade civil.

A dicotomia que se apresenta nesse contexto, é que para ter a possibilidade de legitimar os direitos sociais a população, o assistente social necessita primeiramente, garantir os seus direitos enquanto profissional¹², constituído no sistema operante da sociedade capitalista, onde segundo lamamoto (2007) “A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação das políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados”. Isso segundo lamamoto (2007) é a legitimação do domínio de “grupos e frações”, que compõem a classe dominante, ou seja, que tem o poder decisório, e que tem o ingresso ao aparelho do estado.

Entende-se que, a partir do exposto, enquanto o profissional de Serviço Social não romper com seus “pré-conceitos”, e não mobilizar a ampliação da sua leitura da sociedade, vendo apenas o óbvio, não atingira a consciência de que, na sociedade neoliberal o que predomina são as relações de trocas e, de conflitos gerados pela exploração do mundo do trabalho e, é nesse conflito que, também se insere o assistente social com seu capital intelectual. No ponto abaixo, iremos retomar os estudos referentes à reforma psiquiátrica e a sua relação com as políticas relacionadas ao álcool e drogas, sua evolução histórica e avanços.

3.1 As Décadas de 80 e 90, a Reforma Psiquiátrica e a Política para o tema Álcool e Drogas.

Reservamos este subitem, para explanar sobre um Instrumento Jurídico Legal, que estabeleceu novos paradigmas, para a infância e a juventude no contexto brasileiro na década de 80. Buscar-se-á apresentar as considerações,

¹² Lei de Regulamentação da Profissão: A lei nº 8.662/9, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Art. 1º. É livre o exercício o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Título II: dos direitos e das responsabilidades gerais do assistente social.

Art. 2º. a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão, e dos princípios firmados neste Código

acerca desse instrumento que balizou a efetivação do Projeto de Intervenção, sistematizado em escola pública do município de São Borja, a partir da inserção na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, enquanto processo de estágio curricular obrigatório em Serviço Social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, é instrumento normativo legal, que visa dar vistas de proteção integral, ao contingente de sujeitos em fase de formação cognitiva e, também cidadã.

No seu decurso linear de tempo, o ECA é precedido de um primeiro instrumento que dá amparo a essa refração, que é o Decreto Nº 1.672 de 20/12/1923, que é o primeiro Código de Menores do Brasil. Para Kocourek (2009) o aparecimento desse Código tem sua gênese, paralelamente ao grande crescimento do país nesse período, e que determinava que o “menor” ficaria submetido ao regime estabelecido por esta Lei. O Código estabelecia que, o menor de catorze anos, seria isento do artifício penal, enquanto que, para os maiores de catorze, estes, seriam submetidos a um procedimento especial.

O sistema de proteção e assistência do Código de Menores deriva de novos prismas do contexto social a época, pensava-se que questões moralizantes, norteariam e supririam as variantes daquele contexto. As ações que visavam proteção saíam da esfera jurídica, e pautavam-se apenas em exercício de controle desses menores, se utilizando do expediente da tutela, guarda, vigilância, reeducação, reabilitação, preservação, reforma e educação (Kocourek, 2009, p. 95). O intento desse instrumento era controlar na totalidade a criança e o adolescente.

[...] O Código de Menores Mello Mattos estabeleceu que o menor abandonado ou delinqüente, menor de dezoito anos, ficaria submetido ao regime estabelecido por este Código, eximindo o menor de catorze anos de qualquer processo penal, e submetendo o maior de catorze e menor de dezoito anos a processo especial (KOCOUREK, 2009, p. 96).

Chama-nos a atenção que, a perspectiva desse Código era dar conta, ou seja, resolver, não interessando como surgiam, as demandas desse contingente.

O sistema de proteção e assistência do Código de Menores submetia qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação da Justiça e da Assistência. Então essas questões, eram sempre deliberados no âmbito jurídico, cabendo aos Juízes de Menores o deferimento das ações normativas. É no Estado Novo sob a égide da terceira Constituição Federal do Brasil de 10 de Novembro de 1937, período de Ditadura da era Vargas, que conforme Kocourek (2009) se pensava o embate para dar vistas, aos direitos humanos da quadra, com características pautadas na marca social da “infância e da juventude”. Sinaliza a autora que, esse período do Brasil em especial, se distinguiu, devido às “reivindicações sociais e políticas”. No tocante a criança e a juventude em condições adversas. O regime que nasce da Revolução de 1930, no seu momento de maior autoritarismo, institui o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), destinava-se esse serviço a atuar junto aos menores, com padrões de sistema carcerário.

[...] O SAM é inaugurado em 1941, criado a partir do Conselho Nacional de Serviço Social, destinado a atuar junto aos menores desvalidos e delinqüentes. O órgão criado para correção/repressão obteve sucesso para o que foi criado, gerando sua multiplicação em diversos outros estados no resto do Brasil. Além do SAM, até 1945, diversos órgãos foram criados, como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Lavrador, Casa do Pequeno Trabalhador, entre outros, que ofereciam assistência e educação (KOCOUREK, 2009, p. 96 e 97).

Pode-se perceber que, além de serem enquadrados como anormais na época, esse contingente era encaminhado a ações de cunho corretivo, caracterizados pelo trabalho, onde a autora discorre que eram oferecidos, na forma de “assistência e educação básica” Kocourek (2009). Fica límpido e caracterizado, que não havia para esse contingente, a menor possibilidade de viver esse período em plenitude, sendo esses “desvalidos e delinqüentes”, amparados pelo estado mínimo.

O ritmo pelo reconhecimento dos direitos humanos intensifica-se e, acaba por culminar na Declaração Universal dos Direitos do Homem, servindo como baliza pela ONU, para estruturar a construção e a Declaração dos Direitos da Criança, servindo de ponto referencial, para a reafirmação dos direitos da criança, principiando um novo paradigma jurídico para a infância,

que conforme Kocourek (2009) “somente na década de 80, serviria como base para a Doutrina de Proteção Integral, rompendo com a condição da criança objeto, tornando-o sujeito do processo, reconhecendo-a como pessoa em desenvolvimento”. No que diz respeito à Criança e Adolescente, enquanto sujeitos de direitos, a mesma autora nos diz que:

[...] A reação do Brasil veio paralelamente aos movimentos internacionais e, apenas nos anos 80, concebeu uma Constituição Federal voltada para as questões mundialmente debatidas, dos direitos humanos de todos os cidadãos, a conhecida “Constituição Cidadã, de 1988, destacando-se, nesse contexto, o movimento denominado “A Criança e o Adolescente, voltado para a defesa dos direitos da criança. Nessa situação, o Brasil passa a olhar as crianças e os adolescentes não mais como “um feixe de carências e passam a ser percebidos como sujeitos de sua história e da história do seu povo, como um feixe de possibilidades abertas para o futuro (KOCOUREK, 2009, p. 102).

É com a narrativa acima, mostra o movimento a partir da CF 88, que alinhados aos movimentos de Órgãos Internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que debatia a questão dos direitos humanos na década de 80 e, incluem-se nesse debate a questão Criança e Adolescente, que passamos a abordar os artigos dessa lei que referendaram o projeto de intervenção, visto que, no que diz respeito à consonância do cerne deste estudo, que é a prevenção ao uso/abuso de drogas, as ações desse cunho para a Criança e o Adolescente, devem contemplar as referidas normativas, contidas na Lei. Na parte Geral da Lei, em suas disposições preliminares, discorre, a saber, o seguinte:

O Art. 1º - diz que a Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. No Art. 2º - nos delimita que, para os efeitos dessa Lei, são consideradas crianças, aquelas pessoas que tem 12 (doze) anos de idade e, adolescentes aquelas pessoas que se encontram com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos. Para o Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar

e comunitária (BRASIL, 1990. p, 36 e 37. Lei 8.069, de 13 de junho de 1990).

Os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, problematizados nesse estudo sublinham o que se buscou construir no projeto de intervenção, sistematizado em ambiente escolar, onde buscou-se agregar o conhecimento dos direitos positivados no ECA, entretanto, pontuou-se também sobre os deveres dos mesmos, em especial dos adolescentes que foi o público em ênfase do projeto. Todo esse aporte teórico-prático do “Acorda! Fala Cidadão” visou o crescimento do debate sobre as substâncias psicoativas (drogas) a partir das oficinas com os alunos da turma, para que esses levassem o aprendizado, para dentro do seio familiar e, também do convívio comunitário, tornando-se agentes multiplicadores nesses espaços, onde a criança e o adolescente constroem suas identidades.

No ponto a seguir far-se-á uma abordagem sobre a Política de Saúde Mental em um primeiro momento, sendo que logo após estaremos contextualizando o trabalho, bem como, a inserção do profissional de assistência social nesse dado contexto. Salieta-se que não será aprofundada a discussão, visto que, esta servirá para nortear como foi superado o modelo de atuação dessa política.

3.2 O Serviço Social e a Política de Saúde Mental.

No Brasil, o conceito de tratamento em saúde mental, seguia o modelo hospitalocêntrico, aonde os sujeitos com os sintomas de transtornos mentais eram encaminhados as instituições psiquiátricas, lugar esse que, por onde passavam esses sofredores, recebiam tratamento nada ortodoxo, como eram aplicados na época: lobotomia e eletro-choque. Nesse contexto temporal, muitos dos sujeitos atendidos nesses espaços, ficavam longos períodos afastados de seu convívio familiar, perdendo quase que por completo, a sua identidade social.

Na época, essas instituições eram exatamente funcionalistas, levando o sofredor psíquico ao tratamento pela razão, através da disciplina e da

repressão, em um ambiente regulado e distante da agitação da sociedade. Essa ação terapêutica era de exclusiva responsabilidade, do médico psiquiatra ou alienista, onde sua autoridade era inquestionável. No ano de 1903 é aprovada a Lei Federal nº 1.132 de assistência aos doentes mentais, denotando a psiquiatria, a máxima autoridade no tema loucura.

O final do ano de 1970 emerge uma crise, nos modelos dos cuidados voltados para o processo de internação nos hospitais do setor, onde eclode o movimento pelo direito dos sofredores psíquicos. Precisamente 1978, é o marco de início efetivo, do movimento social dos direitos dos pacientes psíquicos em nosso país, compõem esse movimento os trabalhadores em saúde mental (MTSM), formados pelas categorias: trabalhadores integrantes do movimento sanitário; associações de familiares; sindicalistas; membros de associações de profissionais e, pessoas com um vasto currículo de internações psiquiátricas.

É neste período, que por intermédio deste movimento e de outros campos de luta, que se principia o protagonismo e, a construção de um espaço de denúncias dos atos violentos, praticados nesses manicômios e da mercantilização da loucura. A possibilidade de romper com esse modelo são inspirados pelo exemplo italiano, onde a desinstitucionalização em psiquiatria, é seguida de uma crítica muito forte ao modelo manicomial.

Nesse sentido, começam a emergir as primeiras noções propostas, de ações e reorientações para o modelo de assistência a esse público, é no II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, ocorrido na cidade de Bauru, estado de São Paulo em 1987, que é utilizado e adotado o tema “Por uma Sociedade sem Manicômios”. E é nesse mesmo ano que acontece a I Conferência Nacional de Saúde Mental, na cidade do Rio de Janeiro, é em especial neste ano, que se dá o surgimento do primeiro CAPs no cenário brasileiro, no estado de São Paulo capital.

É então no ano de 1989, que se tem o início do processo de intervenção, da Secretaria Municipal de Saúde, da cidade de Santos (SP), no hospital psiquiátrico, a Casa de Saúde Anchieta, entidade em que se verificou a existência de maus tratos. É esse procedimento interventivo, com repercussão de nível nacional, que acena com a possibilidade de estruturação, da rede de

cuidados efetivamente substituta, do modelo psiquiátrico do hospital, é essa experiência ocorrida na cidade de Santos, que passa a se tornar o divisor do processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

No mesmo ano de 1989, entra para apreciação e votação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, que na sua redação, propõe a regulamentação dos direitos das pessoas, portadoras de transtornos mentais e, a eliminação dos leitos manicomiais no país. A década de 90 é marcada no contexto brasileiro, pelo compromisso firmado na assinatura da Declaração de Caracas e, pela realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental. Nesse período começa a vigorar no Brasil, as primeiras normativas federais, que dão regulamentação a implantação dos serviços de atenção diária, fundadas experimentações das primeiras unidades dos CAPs, NAPs e Hospitais Dia e, atrelado a essas ações, vem às primeiras normas para a fiscalização e, a classificação dos hospitais psiquiátricos.

Mas é no ano de 2001, que a Lei Paulo Delgado é sancionada no Brasil, após longos doze anos de tramitação no Congresso Nacional, é nessa mesma quadra, que o processo de desinstitucionalização de pessoas longamente internadas, que é impulsionado com a criação do Programa “De Volta pra Casa”. Esse programa visava garantir a assistência, o acompanhamento, bem como, a integração social fora da unidade hospitalar, das pessoas que eram acometidas de transtornos mentais, com histórico de extensa internação psiquiátrica, num período de dois anos ou mais, recebiam esses pacientes um auxílio financeiro “auxílio reabilitação”.

A Reforma Psiquiátrica foi uma ampla mudança, na estratégia de tratamento na saúde mental, que veio garantir o acesso dos usuários, aos serviços, assim como, a questão do respeito aos direitos e a liberdade. A lei 10.216/2001 é que dá o amparo legal a Reforma Psiquiátrica, esta referida lei, esteve em discussão no Congresso por doze (12) anos, para ser apreciada, para somente então ter seu texto aprovado, sua gênese advém da mobilização dos vários dos vários segmentos sociais, que tratavam de forma direta e, indiretamente com a temática. Isso significou um novo viés no paradigma de tratamento, ao avesso do procedimento que isolava o sofredor psíquico do

conjunto familiar e social, este modelo seria o seu meio de convivência, o seu atendimento se daria no CAPs, Residências Terapêuticas, Ambulatórios, Hospitais Gerais e Centros de Convivência, as devidas internações quando da sua requisição, seriam feitas nos hospitais gerais, ou nas unidades dos CAPs/24hs, assim, os hospitais psiquiátricos de grande porte, vão sendo paulatinamente substituídos.

O governo do Brasil, objetiva com a Política Nacional de Saúde Mental, diminuir de maneira pactuada e programada, a oferta dos leitos psiquiátricos de baixa qualidade, bem como, a melhor qualificação, expansão e o fortalecimento da rede extra-hospitalar, formada pelos CAPs, Serviços Residenciais Terapêuticos e, as Unidades Psiquiátricas em Hospitais Gerais, incluindo nesse rol, as ações da saúde mental na atenção básica. Também se inserem nesse conjunto de ações, a implementação de uma política de atenção integral que abarque os usuários de álcool e outras drogas, implantando o programa “De Volta Pra Casa”. Adentra nesse contexto, a manutenção de um programa permanente, de formação de recursos humanos para a reforma psiquiátrica, assim como, a devida promoção dos direitos dos usuários e, dos familiares na participação, bem como, também nas ações de cuidado do sofredor psíquico.

Incluem-se no programa da Reforma Psiquiátrica, a garantia de um tratamento digno, e com a referida qualidade ao louco infrator (sofredor psíquico), superando o estereótipo de assistência centrado na idéia do manicômio judiciário. A avaliação continuada de todos os hospitais psiquiátricos por intermédio do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH/PSIQUIATRIA). Na atual conjuntura nacional, há uma política de recursos humanos para a Reforma Psiquiátrica, que foi construída e alinhada à política de álcool e drogas, incorporando a mesma uma estratégia para a redução de danos. O referido programa, de álcool e drogas, prevê a constituição de rede que articule o CAPs e os leitos para a internação em Hospital Geral, visando à desintoxicação, assim como, outros tratamentos, esses serviços são trabalhados na lógica da redução de danos, onde o tratamento devera seguir a realidade específica de cada paciente.

O Serviço Social, como categoria profissional, que na práxis, insere-se na Política de Saúde Mental e, em especial neste estudo, na área dos serviços de Residências Terapêuticas, que são em meio aberto, com exceção especificamente das Comunidades Terapêuticas, que nesse processo de Reforma Psiquiátrica, não havia normas de sua regulamentação. Segundo (LERSCH, 2010, p. 58) após o ano de 2007, com suas devidas normativas, passou a ser campo de importante atuação profissional do (a) assistente social, na luta contra a dependência química no Brasil.

Na saúde, o Serviço Social se insere nesse contexto, no início do séc. XX, com uma atuação direcionada a amenizar os conflitos entre capital e trabalho, a atuação do Serviço Social no campo da psiquiatria, visava o reajustamento dos sofredores mentais e, na prevenção da recaída, entretanto, a primeira atuação do Serviço Social nesse setor, tem sua gênese nos Estados Unidos da América, no ano de 1922, no Hospital Psiquiátrico de Boston. É nesse período, que aparece a nomenclatura de Serviço Social na Saúde Mental, sob o título de “Serviço Social Psiquiátrico” (LERSCH, 2010 apud BISNETO, 2007).

A práxis do Serviço Social, na saúde mental nesse contexto, pautava-se no suporte terapêutico, não ultrapassando os limites institucionais, ficando o apoio a classe pauperizada as “Agências de Serviço Social”, que conforme Bisneto (2007) era o funcionalismo, o estruturalismo, o higienismo e as psicologias. A dicotomia dos paradigmas de atuação do Serviço Social brasileiro e americano é problematizada por (LERSCH, 2010 apud BISNETO, 2007) onde sinaliza que o modelo americano se utiliza da teoria sistêmica moderna, enquanto que no modelo brasileiro, se faz o uso de um viés, que é refletido na ação terapêutica com as famílias. Esse modelo de atuação, da categoria no Brasil, é pauta constante nos Conselhos da categoria, onde se discute segundo Lersch (2010) a especificidade do assistente social nessa política, que no contexto atual, o profissional tem caráter interdisciplinar, devendo ficar bem definido o papel do profissional na equipe.

Acerca disso Iamamoto (2007) pontua a seguinte idéia “que a equipe condensa uma unidade de diversidade”, e que a práxis do assistente social, deve ser bem compreendida nas suas atribuições e competências,

relacionadas na Lei de Regulamentação da Profissão, e tempo, deve também zelar pelo compromisso da ética e do respeito para com essa Lei.

Tomando como referencial o ano de 1946, que serve de fio condutor, para entender o começo da inserção do Serviço Social, na atuação da política de saúde mental no Brasil. Que para Lersch (2010), a principal característica dessa inserção, se deu nas Organizações de Serviços Sociais Psiquiátricos, na sua maioria de esfera pública, nesta mesma quadra histórica, há indícios da prática de profissionais assistentes, fora dos estabelecimentos de psiquiatria, onde a tônica, é de uma atuação psicologizante, com amplo impacto da área da psicanálise, demonstrando à forte influência estadunidense.

Nessa perspectiva funcionalista de atuação, onde se destaca a adaptação e o ajustamento dos doentes mentais (transtorno mental), e nesse mesmo prisma, conforme Lersch (2010) é que se tem o início do tratamento das “crianças problema”, fazendo uso do processo de tática e averiguação, intervindo nos Centros de Orientação Infantil (COI), bem como, no Centro de Orientação Juvenil (COJ) (VASCONCELOS, 2002, apud LERSCH, 2010).

Para Vasconcelos (2002), o Serviço Social nesses espaços, gozava de status, por não haver nestes centros, uma hierarquização das equipes de atuação, o que denotava uma valorização da categoria perante os outros profissionais que ali atuavam. O Serviço Social no Brasil enquanto profissão constitui-se por intermédio da orientação católica e, por um viés do modelo, do movimento de higiene mental, para (LERSCH, 2010 apud VASCONCELOS, 2002) houve ainda os modelos de região metropolitana do Rio de Janeiro, que primavam seu atuar, no conceito junguiano nas décadas de 40 e 50. Com técnicas de mediação na “porta de entrada e saída” das enfermarias e asilos psiquiátricos e, na década de 60 a 70 as experiências das Comunidades Terapêuticas (LERSCH, 2010, p. 68).

Observou-se então que, no exercício de intervenção na porta de “entrada e saída” das enfermarias e asilos psiquiátricos, notou-se pelos relatos que conforme Lersch (2010) “posteriormente as primeiras assistentes sociais se formarem no Rio de Janeiro, como estratégia de inserção desses profissionais no mercado de trabalho”, as instituições formadoras desses recém graduados em Serviço Social, faziam pressões e, induziam os diretores dos

hospitais psiquiátricos, a efetivarem a contratação dos profissionais, de modo a atuarem na assistência social desses hospitais.

Constituiu-se dessa forma, a criação acanhada dos conjuntos “uniprofissionais”, que se subordinavam a categoria médica, e também a direção das instituições, no intento de cumprir o levantamento de elementos familiares e sociais de pacientes, ou de ligação dos familiares dos mesmos, objetivando o preparo da alta, bem como, a criação de pareceres sociais, e a efetivação dos devidos encaminhamentos (LERSCH, 2010 apud VASCONCELOS, 2002).

A centralidade do trabalho, do profissional de assistência social nesse período, pautava-se em minuciosas ações, em relação aos usuários e a composição familiar, com o escopo na vicissitude emergencial e, com uma atuação pragmática e assistencialista. Isso se dava devido à equipe ter um restringido número de profissionais e, por se ligarem ao mercado fracionado, tornando-se impossível o melhoramento de programas e ações, que abarcassem os verdadeiros interesses dos usuários.

Na perspectiva de (LERSCH, 2010 apud VASCONCELOS, 2002), essas equipes se tornaram “uniprofissionais, subalternos, burocráticos e superficiais”, ‘sem poder se dedicar ao estudo e a intervenção mais complexa de casos, ou a intervenções familiares, grupais e comunitárias’ e em certos casos, pontuais e de cunho assistencialistas. Tem-se desta forma, no conteúdo desse processo de inserção do Serviço Social na área de saúde e, em especial na Política de Saúde Mental, um atuar focado com a questão da moralização, preocupado em equilibrar o conjunto social, procurando intervir para e na reintegração dos sujeitos as funções do grupo social e familiar, assim como, ganha notoriedade o atuar desse profissional, nas demandas da sociedade, todas elas pautadas com o referencial teórico, fundamentados no paradigma americano, que são refletidos no atuar contemporâneo do Serviço Social na Saúde Mental (LERSCH, 2010 apud BARBOSA, 2006).

No capítulo abaixo, pretendemos relatar a nossa prática de estágio, através de nosso projeto de intervenção, junto aos alunos da Escola Estadual João Goulart.

4 A NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO: O porquê do Projeto de Intervenção na Escola Estadual João Goulart no município de São Borja.

A escolha pelo tema “prevenção”, deu-se por intermédio da comprovação em lócus, nas experiências vivenciadas pela participação, na disciplina de estágio curricular e, também na releitura dos indicadores do projeto de extensão: “Cidadania e Sócio-Educação” no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA), no período compreendido entre março de 2010 a julho de 2010. Esta atividade foi coordenada pela Prof^a. Dr^a. Sheila Kocourek, enquanto docente, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), onde foi oportunizado, desempenhar atividades enquanto bolsista de extensão. Conforme (LUCERO, 2010, p. 42) “O projeto de extensão visava ser fonte de construção do conhecimento e, aproximação dos acadêmicos ao campo de trabalho e ao mesmo tempo, contribuir com o sistema de proteção social às crianças e adolescentes”. O referido projeto vai ao encontro da proposta formadora do tripé da Unipampa, que são as dimensões – ensino, pesquisa e extensão – envolvendo desta forma, os alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (KOCOUREK, 2009 apud LUCERO, 2010).

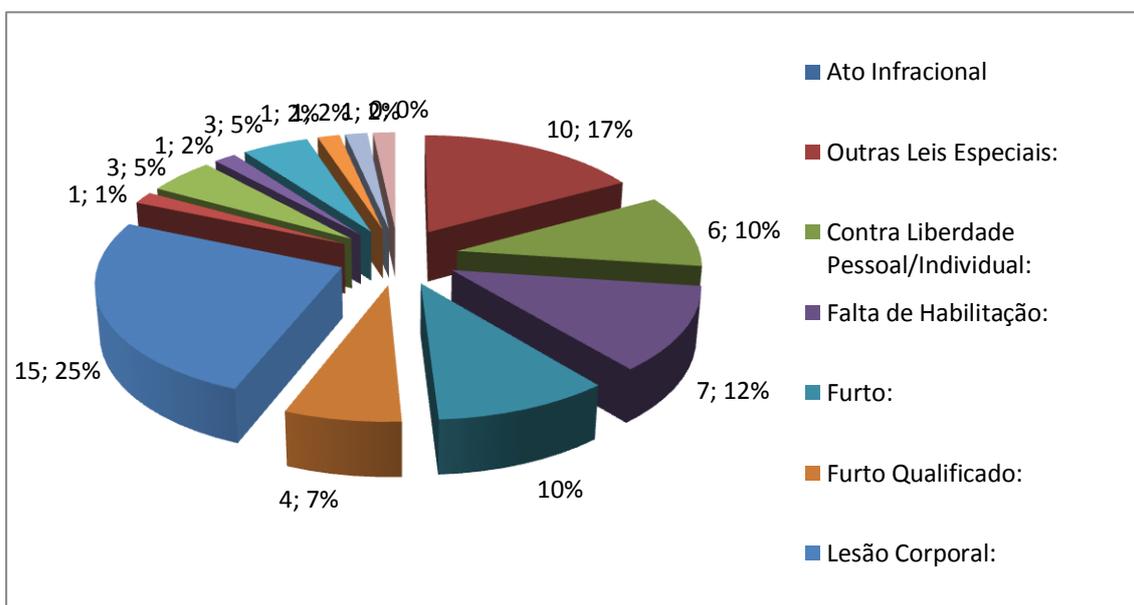
Dentre todas as atividades realizadas, destaca-se à construção do perfil, de todos os adolescentes em conflito com a Lei, que passaram por esse espaço. Essa atividade foi desenvolvida por estagiários em Serviço Social e, pelos bolsistas do projeto de extensão. Ao realizar-se esse trabalho, comprovou-se por intermédio dos dados colhidos, junto às pastas dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas no CEDEDICA, período compreendido entre agosto de 2009 a julho de 2010. É cada vez mais evidente, que esse público adolescente adensa-se com as práticas ilegais, denotando-se que, as ações e os programas destinados a prevenção do uso/abuso de álcool e outras drogas, bem como, o conflito com a lei, não estão alcançando os objetivos e, os efeitos que se desejam pelo conjunto social.

Segundo Faleiros (2007), os órgãos internacionais a partir do século XX, começaram a se preocupar muito mais com essa refração, devidos aos altos indicadores de criminalidade cometidos pelas crianças e adolescentes. As

crecentes ondas de ocorrências no Brasil, que envolvem essa parcela da sociedade, denotam a não eficácia, ou seja, os objetivos propostos, não foram obtidos na execução das políticas públicas, que são direcionadas para esse público, entretanto, a sociedade que é afetada pela violência desses levantes, posiciona-se a favor da redução da maioria penal, tecendo severas críticas a instituição escolar e, a família desses adolescentes e também ao Estado.

Apontam desta forma, que existem “culpados” e, responsáveis pelas suas perdas materiais, não dando importância à reflexão de que, o motivo pelo fracasso é coletivo, advém do antagonismo social, estrutural e econômico, tendo sua gênese em um paradigma de sociedade extremamente classista, que segrega os marginalizados, que explora a mão de obra barata no mercado neoliberal, lastreando-se cada vez mais, a distância entre pobres e ricos no Brasil. Para situarmos as afirmações de Faleiros (2007) publiciza-se um dos itens do material construído no CEDEDICA no período já mencionado:

Fig. 3 – Gráfico de Medidas Socioeducativas do Cededica em 2010.



FONTE: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2010.

O resultado desse caldo social são os freqüentes fatos, que repercutem na mídia nacional e internacional, onde expõem a figura da criança e do adolescente, envolvidos em crimes, associados ao consumo e também ao

tráfico de drogas, bem como outras situações de conflito com a lei, como bem expõe o gráfico acima. Desta forma, sublinha-se o “despreparo” da sociedade pós moderna, para trabalhar com os rebatimentos dessa não proteção integral, sinalizando que há a necessidade de um olhar complexo junto a esses infantes, desde a mais tenra idade, até a sua chegada a fase adulta. Tiba (2010) demarca que o ambiente familiar é onde tudo se inicia, destarte, as políticas sociais, voltadas para o aporte da família, tem na sua excelência, o compromisso de suprir as necessidades dessa fração, bem como, as dos seus rebentos, oportunizando uma melhor qualidade de vida, voltadas ao seu crescimento e, desenvolvimento de cidadania seguro e saudável.

“A violência está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, no entanto, percebe-se que há uma maior repercussão para os fatos ligados a ela quando há participação de adolescentes, principalmente quando são divulgados pela mídia, cujas notícias contribuem para aumentar ou reforçar sentimentos de medo e insegurança (MASSUQUETO; POSTIGLIONI; BRANDALISE, 2007 apud LUCERO, 2010)”.

Quando damos relevo à questão do despreparo, quer-se situar que, existe por parte dos órgãos institucionais legais, uma falta de leitura compreensiva do termo cidadão, direito e família. Sobre esse aspecto, situamos o inciso terceiro do Art. 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde baliza que “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” (RELATÓRIO AZUL, 2010). A contradição dessa declaração é fato cotidiano em nossa sociedade, e para fins de afirmação, expomos o seguinte relato:

[...] A CCDH recebeu a denúncia de G.T.R.L. de que, mesmo possuindo autorização judicial para ocupar uma casa, ainda que em caráter temporário, o poder público local não autorizava que a empresa de energia realizasse o fornecimento. A casa tem sua reintegração de posse tramitando na Comarca de Veranópolis. A cidadã residia em uma área verde pertencente ao município e havia comprado a posse de outra família. O município de Veranópolis ingressou com Ação de Reintegração de Posse contra a primeira ocupante. Mediante embargos de terceiros, G.T.R.L. garantiu sua permanência imóvel, pelo menos até a data da audiência de instrução e julgamento, aprazada para 14 de março de 2011. Trava-se de família pobre; sendo G.T.R.L. doméstica e tendo quatro filhos, cujas

idades variavam entre sete e doze anos. A família providenciou toda a documentação necessária para o fornecimento de energia, que até mesmo recebeu o número de instalação. Colocou o poste de luz, mas quando a empresa Mercúrio esteve no local para realizar o serviço, apenas informou que, por tratar-se de área verde, não fariam o serviço sem autorização da Prefeitura, através da Secretaria de Assistência Social (RELATÓRIO AZUL, 2010, p. 152).

Com a ilustração dessa narrativa exposta, o propósito é de chamar a atenção para o despreparo dos órgãos implicados, para olhar a situação de vulnerabilidade dessa pessoa, assim como, de seus filhos. Fica claro o fato de que, há a supressão do direito a vida e a proteção integral, por parte do Estado nesse caso, indo na contra corrente dos Direitos Humanos.

Conforme Táбата (2010) “O sistema capitalista é sustentado pelo tripé miséria, lixo e violência. São esses os três elementos que marcam a vida do povo mais pobre desde seu início. Assim são inúmeras as violências a essa classe desfavorecida”. Há segundo a autora, várias formas do Estado chegar a essa classe desfavorecida, uma delas seria por meio de camburões e viaturas, ou seja, armados e impondo a força do Estado, que em tese deveria proteger e promover a justiça “social”. Cappi (2010) conceitua sob seu prisma o sentido da expressão violência, que vem a ser o seguinte:

[...] Violência é, antes de tudo, perda de identidade, perda da condição de sujeito, perda de espaço político do diálogo e o do convencimento. Violência é o contrário da política. É a vitória do pensamento único, a afirmação de um modelo hierarquizado, sem relação, sem interação, sem diálogo, sem espaços de solidariedade, de gratuidade e de envolvimento – pessoal, recíproco e coletivo (RELATÓRIO AZUL, 2010, p. 68).

A prática de intervenção, de propor uma ação de transformação, demanda antecipadamente um preparo do que se deseja e, o que se quer alcançar, ou seja, planejar ações com foco no resultado. O cerne desse estudo foi o conhecimento prévio, de como suprir as necessidades dos alunos adolescentes, sobre o tema drogas e os seus rebatimentos na vida e, na saúde de que faz o uso/abuso dessas substâncias, bem como, construir uma consciência crítica desses adolescentes, ou seja, “proteger quem não se

protege” Tiba (2010), acerca do assunto drogas, prevenção, violência e direitos.

A proposta, ou a intencionalidade do projeto de prevenção, em escola do município de São Borja, vem ao encontro da Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), que nos seus pressupostos, orienta para a “meta de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”. Também é pressuposto da PNAD, “conscientizar que o usuário de drogas ilícitas, alimenta as atividades e organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recurso”.

A PNAD sinaliza apriori que, a prevenção deve ser enfatizada, devido ser essa mais eficaz e de menor custo para o conjunto social. Outro pressuposto que a política sinaliza é de “garantir, incentivar e articular, por intermédio do CONAD¹³, o desenvolvimento de estratégias de planejamento e avaliação nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, nos campos relacionados às drogas”. Também é pressuposto dessa política, “a garantia de implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, recuperação e reinserção social) considerando os índices da qualidade de vida, respeitando o potencial e os princípios éticos”.

A partir da inserção em campo de estágio e, a sinalização das orientações do supervisor de estágio visou contemplar à continuidade do projeto piloto denominado “Acorda”, criado e sistematizado pela acadêmica de Serviço Social Alene Silva.¹⁴ O projeto de intervenção tem como intenção a partir do processo de estágio na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, torná-lo permanente e efetivo com vistas à articulação, e o debate de estratégias de fortalecimento e do enfrentamento ao uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas no meio escolar, bem como, a capacitação dos alunos da turma trabalhada pela já referida acadêmica.

O projeto foi realizado na Escola Estadual João Goulart, instigando o interesse da turma na participação das discussões sobre dependência química,

¹³CONAD: Conselho Nacional Antidrogas. Resolução Nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Atualmente a nomenclatura em uso é Conselho Nacional Sobre Drogas.

¹⁴ Alene Silva: Acadêmica que estagiou na Comunidade Terapêutica Chico Xavier no ano de 2010/2.

nos espaços escolares e sociais, e que possam no devir, serem multiplicadores no enfrentamento do maior mal evitável do século (TIBA, 1999, pg. 188). Como processo de uma construção cidadã, o projeto visava o fortalecimento contrário ao uso/abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. “Será mesmo que os jovens abusam de drogas porque são tão burros que gostam de fazer mal a si mesmo, ou porque são tão mal informados que não sabem que as drogas fazem mal”, essa é uma crítica do Blog pensar não dói, onde tece considerações sobre o Jogo do Sete Erros, na campanha publicitária do Grupo RBS “Crack Nem Pensar”. Conforme o referido Blog “a fundamentação teórica é inadequada e suas propostas são contraproducentes, isto é, vão aumentar a violência, a corrupção e outros problemas relacionados ao tráfico de drogas ao invés de ajudar a reduzi-los”. Pensar e abordar o tema “drogas” é um dever de todo o conjunto social, principalmente do conjunto familiar, onde em muitas situações, os adolescentes encontram exemplos, vejamos a fala...

[...] "Quem é feliz não usa drogas." A tese, defendida pelo psiquiatra Içami Tiba em seu novo livro, Juventude & Drogas - Anjos Caídos, mostra aos pais que o perigo nem sempre vem de fora. Na maior parte das vezes, segundo o especialista, ele se encontra dentro da pessoa que desenvolve o vício, disfarçado de carências que, muitas vezes, pais poderiam suprir. Não existe maneira de uma família se blindar contra a ameaça. Tiba, no entanto, acredita que é possível desmistificar o problema. "É preciso exigir responsabilidades dos filhos. As drogas não seduzem tão facilmente as pessoas que são cobradas", diz o psiquiatra. Para Tiba, infelizmente os pais andam errando bastante na educação dos filhos. Confundem amor com permissividade. Aquela que o psiquiatra chama de 'geração asa e pescoço' deseja dar aos rebentos só o 'peito e a coxa'. Querem fazer a compensação das necessidades que tiveram por meio das crianças. "Os pais estão criando os filhos para que usem drogas", polemiza (JORNAL DA TARDE, 2007, p. 15).

Construir cidadania implica desenvolver bons exemplos, demonstrar atitudes de responsabilidade, para poder exigir que os filhos o façam, não sendo permissivos com os erros dos adolescentes, a partir dos modelos e referenciais encontrados no núcleo familiar. Educar pode ser uma ação que inviabilize o uso de drogas, entretanto, há riscos de que, outras circunstâncias possam levar os jovens ao uso dessas substâncias, como por exemplo, a curiosidade, a auto-estima baixa e a necessidade de afirmação a um determinado grupo. Tiba (2010) ao abordar o tema drogas, faz uma analogia

com o relacionamento, cita que existe a fase da “paquera, o ficar, o rolo, o namoro e o casamento”, e dá orientações de como pais e educadores, devem lidar com o tema e cada uma das fases. A seguir, estaremos contextualizando no próximo subitem, a preponderância e a representação do papel da educação no contexto atual, bem como, a sua contribuição para as instituições e os alunos, frente às várias tensões provenientes do conjunto social.

4.1 A representação da Escola na atual construção do saber da Criança e do Adolescente.

Pode-se considerar que é historicamente latente o (des) caso com a educação na conjuntura brasileira, há atualmente uma complexidade dos fatores que evidenciam a quase falência dos modelos de se educar no Brasil. Esse déficit educacional se materializa nas múltiplas expressões da questão social na sociedade educacional brasileira, em especial, a não participação das famílias no desenvolvimento cognitivo dos seus filhos e, nas atividades decisórias dos espaços escolares, assim como, o sucateamento das instituições de ensino e, a inadequada estruturação do espaço físico e, da não valorização do quadro docente, enquanto categoria profissional, que são os responsáveis pela primazia do ensino em nosso país.

Uns dos assuntos, que dão visibilidade ao grande déficit da educação no Brasil, são as constantes mobilizações dos sindicatos da categoria no contexto brasileiro, e o seu embate com o governo, no pleito por melhores remunerações e, a garantia da efetivação da política de ensino com qualidade e, de práticas pedagógicas que possibilitem a autonomia do indivíduo e a sua inserção na sociedade. Da Silva (2008) sobre a categoria profissional nos diz que:

“Ser professor é dar condições e oportunidades ao outro de construir seus próprios sentidos e criar suas próprias condições para viver em sociedade, refletir sobre essa última e refletir-se, sem jamais retornar aquilo que era antes, num eterno devir. O professor é, pois, aquele que apresenta os limites e, sobretudo, faz florescer as possibilidades criativas e inclusivas (DA SILVA, 2008, p. 53)”.

A grande questão que se apresenta nessa narrativa, são as condições de trabalho que se oferecem a essa categoria, prova cabal no RS no ano corrente, foi à deflagração de uma greve do magistério a trinta e cinco dias do final do ano letivo gaúcho. Conforme a reportagem do jornal (Zero Hora de 19/11/2011) o que está em jogo nesse pleito de luta do sindicato, é o piso nacional e o plano de carreira da categoria.

[...] Com as grandes transformações que vêm ocorrendo desde os meados dos anos 70, na esfera sociocultural, política e econômica, tais como, a globalização da economia, a transnacionalização das estruturas de poder e a reestruturação do trabalho, tem ocorrido uma reorganização geral do mundo capitalista, trazendo uma série de problemas e desafios à educação. Hoje, estamos envolvidos num processo de globalização que tem produzido a mundialização desigual do trabalho, subordinando-o às leis do mercado. Quem está planejando e pensando o cenário do futuro em geral, incluindo a educação, são os grandes grupos econômicos internacionais, pois eles precisam planejar para onde vai a economia e os seus investimentos (RELATÓRIO AZUL, 2010).

Pode-se afirmar a partir desta narrativa, que cada vez mais se acirra a crise da educação, fruto das transformações globais, bem como, da economia neoliberal que aleija a educação brasileira, em nome da universalização competitiva e, do triunfo das estratégias de mercantilização da educação. Segundo o Relatório Azul (2010) “O progresso do neoliberalismo no campo educacional se observa em vários fenômenos espalhados por todo o mundo. Nos Estados Unidos, alguns estados da federação já não financiam diretamente as escolas”. Em tempo, observa-se ainda que nesse caso, grande parte dos estados americanos, fazem o repasse de “vales”, que o próprio cidadão pode usar para o pagamento da escola de seu filho, podendo ser privada ou pública, o Relatório Azul (2010) sinaliza que o Banco Mundial endossa essa prática.

Temos então nesse contexto um dualismo, o que Gramsci (2006) considera como o Estado ampliado, ou a superestrutura, que advém da conjunção de duas esferas - a sociedade política, composta por mecanismos que através destes, a classe hegemônica detém o monopólio, por intermédio legal da coerção e da violência, identificando-se com os aparatos coercitivos do Estado, controlados é claro pela burguesia. Segundo o autor, é nessa esfera

que por intermédio da sociedade política, as classes dominantes exercem uma contínua ditadura, a dominação pela coercitividade. A outra esfera dessa superestrutura conforme Gramsci (2006) é a sociedade civil - que são organizações que tem a responsabilidade de elaborar e, de difundir as ideologias, onde entram nesse leque as escolas, os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas, os meios de comunicação e as organizações profissionais etc.

Para (DEWEY, 1916 apud VALDEMARIN, 2010), “a importância da educação para os seres humanos, iguala o significado de vida e de experiência, pois ambas compreendem ‘costumes, instituições e crenças’, permanecem e se renovam pela ação comunicativa”. O papel da educação está implícito nas experiências reflexivas, estabelecendo práticas renovadas sobre a concepção educacional do sujeito. Educar consiste em uma combinação de elementos tanto ativos como passivos, que são hábeis de criar o conhecimento, ou seja, há um significado para o ator que o pratica. Sobre isso Valdemarin (2010) expõe o seguinte...

“esses dois movimentos - tentar e sofrer as conseqüências da ação – possibilita a descoberta das relações entre as coisas, ‘experimenta-se o mundo para se saber como ele é; o que se sofrer em conseqüência torna-se instrução’. Assim sendo, a experiência educativa é resultante da percepção das relações existentes, da inter-relação que se estrutura no processo de ação e reação. Pode-se dizer que no conceito de experiência reflexiva está contido, mas não descrito, todo o processo desenvolvido na Escola Laboratório (VALDEMARIN, 2010, p. 65 e 66).

Entende-se que é deficitária essa forma de intervenção, por parte do Estado, na conjuntura das práticas pedagógicas brasileira, em destaque, as das comunidades afastadas dos grandes centros populacionais e, diante do atual quadro de crise do capital, que se acentua no mundo globalizado. Todavia, cabe ressaltar que essas concepções, são superadas, ao passo que a sociedade em seu todo, compreende o seu papel, diante de tais distorções de ordem econômica e social, pois essa mesma sociedade sofre com o agravante caos social, seja na crescente onda de roubos e assaltos; o excessivo número de casos de dependência química, por álcool e outras drogas nas grandes

capitais e, cidades de médio porte, a crescente reificação de drogas, ou seja, as novas apresentações dessas substâncias: crack, Oxi, metanfetaminas e etc.

Tudo isso co-relaciona-se ao significativo aumento de homicídios e latrocínios, relacionados ao tráfico de drogas e, o fluxo contínuo da entrada ilegal de material bélico nas fronteiras do Brasil, favorecendo o fortalecimento do poder paralelo frente ao Estado. Temos um quadro em linhas gerais, que norteiam a discussão, acerca do conflito Estado e Sociedade, que é permeada pelo esvaziamento das políticas afirmativas de educação cidadã que culminam com rebatimentos no processo de aprendizado cognitivo, realizado no contexto escolar.

[...] “Os jovens pobres são, assim, as principais vítimas da violência criminal, seja devido às conseqüências dos conflitos travados com a polícia, da ação de grupos de extermínio ou de rixas entre as quadrilhas. A capacidade de vitimizar pessoas cada vez mais jovens dos estratos populares, de forma tão banalizada e invisível, apresentou-se como um dos aspectos mais relevantes da violência da criminalidade dos anos 1990. Banalizada, pela freqüência constante com que ocorre o evento, e invisível, pelo fato de a ocorrência dessas mortes não produzirem manifestações públicas ou reivindicações políticas para reverter o quadro existente ou nem mesmo ganhar relevante destaque na imprensa (FRAGA, 2010, p. 86)”.

Desta forma as nossas considerações, a respeito do olhar transformador nesta sociedade de classes, no contexto brasileiro, onde Fraga (2010) traz na centralidade da sua discussão, a questão do pertencimento das camadas sociais marginalizadas, onde estas não são exclusividades das grandes metrópoles, ou das grandes capitais, mas também, de pequenos municípios estudados no Brasil, em uma determinada temporalidade. Ressalta ainda o autor, a capacidade da criminalidade e do tráfico, apropriar-se de um ambiente inóspito e, usá-lo a seu favor, permitindo assim que, esses acontecimentos de violência ganhem uma acentuada silhueta. Adiante iremos abordar o foco deste estudo, que foi o projeto de intervenção em escola e, a prática de prevenção ao uso/abuso de substância psicoativa.

4.2 Acorda! Fala Cidadão. A contribuição do Serviço Social, na construção do caminho cidadão, ensinando a proteger quem não se protege.

Ao passo em que se construiu esse estudo e, ao acompanharmos os fatos do cotidiano, relacionado às substâncias psicoativas, percebe-se que a resposta do Estado, via políticas públicas em relação a este problema social, estão sempre atrasados não condizendo com o Estado democrático e de direito. Objetivamos relatar dentro dos limites e das possibilidades, o que foi possível de ser apreendido e, construído no período de estágio em Serviço Social, realizado na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier no município de São Borja. A Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier instituição que trabalha na perspectiva da recuperação e, da ressocialização de dependentes químicos de álcool e outras drogas, foi o espaço oportuno onde conseguimos trabalhar o projeto de intervenção “Acorda” na Escola Estadual João Goulart, nos permitiu conhecer a realidade desse educandário e, a partir dele nos aproximarmos desse público.

O projeto de intervenção que se realizou na Escola Estadual João Goulart, visou à continuidade do projeto “Acorda” em Estágio Supervisionado II, que teve por finalidade a mobilização da turma já trabalhada no ano de 2010/1 pela acadêmica de Serviço Social Alene Silva. O objetivo do projeto foi proporcionar aos alunos da turma, que eles mesmos criassem seus mecanismos de defesa e, de proteção contra o uso/abuso de drogas, bem como, a preservação da sua saúde e, o exercício consciente de cidadania. Para as etapas do projeto foram designadas atividades de reforço, dos temas já trabalhados anteriormente, trazendo para esse reforço, filmes, documentários e atividades lúdicas.

Para trabalhar esse contexto com a turma, foram feitas pesquisas com propostas relacionadas e atividades que abarcaram o tema, bem como, a abertura de propostas a partir dos alunos da turma, com o objetivo de entrosar a turma e, despertar o diálogo em conjunto com seus pares e, ampliando essa discussão para o contexto familiar e, também na comunidade onde estão

inseridos, criando-se assim estratégias de enfrentamento ao consumo de substâncias psicoativas.

Justificamos a seqüência desse projeto, pautados na Política Nacional Sobre Drogas já exposto nesse estudo e, pela identificação de que as campanhas que alertam para os perigos do consumo de drogas. Ampliamos nossa reflexão, assim como, o início da dependência química para esse público, se tornaram pontuais, focalizadas e fragilizadas, sendo imprescindível ao nosso olhar, uma melhor abordagem desse contexto. Entendemos que o processo de uso/abuso de substâncias psicoativas, dá-se em sua maioria, no conjunto familiar, onde são permeados pela disfuncionalidade dessa instituição e, pelos conflitos familiares, não tendo esses infantes, a oportunidade para opinar e construir o seu juízo de valor.

“... Quando criança achava legal meu pai fumar. Olhava e achava bacana. Roubava cigarro para brincar, queimava como chaminé de castelos de areia. Papai pedia para comprar cigarros, pegar fósforos na cozinha. Papai falava que era porcaria, mas vivia sempre fumando. Um dia roubei cigarro e fui experimentar no banheiro. Lá estava meu irmão mais velho com outro cigarro. Um deu força para o outro. Com 13 anos experimentei maconha. Com 15 anos fumava 5 a 6 maconhas por dia. Papai parou de fumar. Hoje com 17 anos não consigo parar nem o tabaco, nem a maconha...” “depoimento de um jovem de 17 anos 1º colegial” (SILVA, 2010, p. 94).

Acredita-se que são momentos como esses, que dão materialidade e permissividade aos filhos para o uso dessas substâncias, que alteram seu estado de humor, iniciando-se neste momento, um possível ciclo de uso/abuso de substâncias psicoativas e, também a migração para o consumo de outras drogas. A partir das leituras de teses, artigos científicos e obras de autores, como Ronaldo Laranjeira¹⁵ e Içami Tiba¹⁶ que discutem essa temática, entendeu-se que, esse é o processo natural do uso/abuso de substâncias lícitas e ilícitas, pelas crianças e pelos adolescentes, culminando em grande parte na dependência química.

¹⁵Ronaldo Laranjeira: Médico Psiquiatra, PhD em dependência química pela Universidade de Londres e professor titular da Universidade Federal de São Paulo.

¹⁶Içami Tiba: Médico Psiquiatra e psicodramatista. Autor do Livro Juventude & Drogas: Anjos Caídos.

Conforme Silva (2010) o próprio consumo de álcool, na família livremente, e, também a permanência das crianças nesse ambiente, lhes passam mensagens subliminares de que, essas substâncias poderão ser consumidas livremente, que a bebida e o cigarro, criam sensações de prazer, alegria e libertação. É preciso que, os pais tenham uma melhor compreensão dos seus atos, para que no futuro, os seus filhos não manifestem essas imagens que foram captadas.

Considerando-se que, optou-se pelo Método Dialético Crítico, e este abarca que a dialética é “o modo de pensarmos as contradições da realidade, a atitude de compreendermos a realidade como fundamentalmente contraditória e em constante transformação” (KONDER, 1999, apud LERSCH, 2010). Para Kosik (1976) a dialética é o pensamento crítico que sugere conhecer a “coisa em si”, e sistematicamente se interroga como é provável que se atinja a compreensão dessa realidade, onde o projeto de intervenção visou à possibilidade de um melhor entendimento, dos fatores do consumo de substâncias lícitas e ilícitas.

O escopo do projeto “Acorda! Fala Cidadão” e também do Serviço Social foi considerar que, as realidades vivenciadas por essas refrações, se dão imbricadas por múltiplos fatores, que poderão influenciar nas suas escolhas, no que tange as substâncias psicoativas. Entende-se que os direitos sociais positivados nos estatutos legais e, nesse caso o Estatuto da Criança e do Adolescente, nem sempre são efetivados, por inúmeras razões que vão desde a vontade política, passando pela omissão e a negligência e a burocracia do Estado nas suas esferas correspondentes. Não há fronteiras para essa não efetivação de direitos, elas ultrapassam nossas fronteiras geográficas, chegando às populações de outras nações pauperizadas e, apartadas dos bens socialmente produzidos nessa economia globalizada¹⁷.

Buscar para além da compreensão desse cenário, olhando para a convivência desses alunos no espaço escolar e, por meio desta leitura, se

¹⁷Economia Globalizada: Chesnais (2001) esclarece que a globalização foi um termo utilizado nas *business schools* americanas, na década de 80, para fazer referência à ação estratégica dos grandes grupos industriais e à necessidade de “condutas globais”, dirigindo-se aos mercados de “demandas solventes”, às fronteiras de abastecimento e aos movimentos dos grupos rivais oligopólicos. Mais tarde, com a globalização financeira, o termo estende-se ao investidor financeiro (IAMAMOTO, 2010, p. 110).

criarem respostas afirmativas, na luta contra a dependência química e, a efetivação da prevenção ao uso/abuso de drogas, pelas crianças e adolescentes. Foi um dos nossos desafios, assim como, sugerir de forma atrativa, temas que aguçassem a discussão pelos alunos dessa turma. O projeto de intervenção foi desafio, que enfrentamos ao longo da sistematização das oficinas do projeto “Acorda! Fala Cidadão”.

A metodologia de trabalho do projeto de intervenção “Acorda” foi organizado em três módulos, que seguiu o seguinte cronograma de ação. O primeiro módulo foi subdividido em quatro subitens, que são, a saber, os seguintes: Primeiro módulo.

- Filme “Orquestra de Meninos”: apresentou-se nessa obra, o conteúdo e a noção de ideal cidadão, bem como, o compromisso do educador social, com a formação cidadã da criança e do adolescente;

- Filme “Falcão Meninos do Tráfico” obra que já havia sido trabalhada com a turma pela acadêmica Alene Silva, mas que foi proposta no sentido de servir de contraponto a primeira obra, mostrando as diferentes realidades que permeiam a categoria em foco nesse estudo;

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram discutidos os principais artigos deste documento em conjunto com a turma, para que fossem esclarecidas as principais dúvidas da turma;

- Debate do tema “Diversidade” com esse tema buscou-se a partir da turma, conceituar e discuti-lo dentro do contexto escolar, bem como, fora dele objetivando entender a questão de pertencimento e a dualidade inclusão x exclusão.

Para o módulo dois, que igualmente ao primeiro foi subdividido, propuseram-se os seguintes materiais.

- Construção Cidadã: Oficina que norteou o eixo de formação e compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão;

- Caminhos de uma Longa Luta: oficina de capacitação para o enfrentamento do uso/abuso de substâncias psicoativas;

- Oficina de teatro I: oficina realizada coma técnica de desenvolvimento da confiança, visando à construção de um momento cultural;

- Oficina de teatro II: oficina realizada com técnicas de conscientização de valores individuais e coletivos.

Para o terceiro e último módulo, que seguiram os moldes anteriores, propusemos trabalhar na perspectiva de construir uma peça teatral com a turma a partir do tema “drogas” que foram expostos no projeto, com o objetivo de socializar com as outras turmas, as experiências vivenciadas pela turma trabalhada no projeto “Acorda! Fala Cidadão”. Neste módulo as oficinas foram às seguintes.

- Meu Crachá: oficina que visou trabalhar e melhorar a auto-estima e, também promover o fortalecimento do grupo;

- Dizendo por dizer: oficina onde se trabalhou a intencionalidade de desenvolver idéias coerentes e, aprender a manifestar as opiniões;

- Pêndulo Humano: oficina em que se trabalhou o desenvolvimento da confiança mútua;

- Por que você ama: oficina onde foi proposto o trabalho de conhecimento dos sentimentos, em relação a si próprio, bem como, ao colega.

A construção do projeto de intervenção, assim como, a sua sistematização e, a utilização do instrumental técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social, nos permitiu um enriquecimento amplo, devido à temática ser complexa e, de um interesse social com muita relevância, assim como, o público que foi trabalhado ser de interesse de especialização do autor deste estudo.

Todavia, a partir do projeto de intervenção, pode-se perceber o quanto a categoria criança e adolescente são (des) protegidos da política pública de prevenção ao uso/abuso de substância psicoativa. Ao fazermos um reconhecimento, ao longo da nossa inserção nessa instituição, pôde-se notar os conflitos existentes nesse contexto, começando pela estrutura física, passando pelos recursos humanos e chegando até a falta de segurança das crianças, no sentido de que, o caminho desse e outros educandários não estarem recebendo a devida atenção do poder público local, bem como, das instâncias de abrangência do Estado e Federação que compõem os poderes próprios instituídos.

Expomos a seguir, os dois primeiros encontros com a turma da Escola Estadual João Goulart, que balizaram o caminho para os encontros seguintes, essa narrativa serve de síntese de todo o trabalho realizado com a turma, visto que, a turma teceu bons comentários sobre as obras expostas. Na primeira oficina realizada com a turma, foi trabalhado o filme “Orquestra de Meninos”, essa é uma obra nacional, que tem no seu tema central, o ideal e a luta de Mozart, professor de música do agreste pernambucano, que busca com muito esmero e, luta contra políticos locais e contrários ao seu projeto, efetivar esse sonho de ensinar música as crianças e adolescentes pobres da cidade de São Mariano, buscando por intermédio deste projeto, tirar as doze crianças e adolescentes que participaram do início do projeto, do trabalho na roça, da pobreza e da falta de alternativas de mudança.

Criado todo o contexto para a turma, foi proposto debater o que eles haviam entendido do enredo da obra, salientou-se que a escolha pela exibição desse filme em específico, foi devido à identificação de nele havia uma ação de prevenção. Pode-se perceber no filme que, quando o professor Mozart começa todo um movimento de, ensinar às crianças e adolescentes a praticar a arte da música, ele leva até esse estrato social, uma importante ferramenta de prevenção, a qualquer tipo de desvirtuação desses sujeitos.

“seja qual for à área de atuação, a criatividade se elabora em nossa capacidade de selecionar, relacionar e integrar os dados do mundo externo e interno, de transformá-lo com o propósito de encaminhá-los para um sentido mais completo. Ao transformarmos as matérias, agimos, fazemos. São experiências existenciais – processos de criação – que nos envolvem na globalidade, em nosso ser sensível, no ser pensante, no ser atuante (OSTROWER, 2002 apud DA SILVA, 2008)”.

Prevenir é antes de tudo “Oportunizar um espaço de reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns; e mobilizar pessoas, grupos e instituições para a utilização dos recursos existentes na própria comunidade” (DUARTE, 2004, p. 30 apud SENAD, 2006). Foi o que se propôs para a turma, no momento em que, levamos o filme ‘Orquestra de Meninos’ para trabalhar na primeira oficina. Oportunizar a reflexão do que vem

a ser prevenção e, o porquê ela é de suma importância, na questão do uso/abuso de drogas no contexto escolar.

O contraponto deste debate sobre prevenção, proposto na primeira oficina, foi oportunizado no segundo encontro, onde foi trabalhado o documentário “Falcão Meninos do Tráfico”. Esse documentário foi produzido e apresentado pelo rapper MV Bill, morador de uma comunidade da cidade do Rio de Janeiro, que atua no movimento social conhecido como Central Única das Favelas (CUFA). O conteúdo desse documentário traz a público a realidade dos adolescentes, que trabalham com e no tráfico, em uma determinada favela no Rio de Janeiro.

O autor sublinha que a intencionalidade de produzir esse documentário, foi dar visibilidade a esse problema, que para o nosso prisma é uma das expressões da questão social e, como sendo um “problema social” segundo o autor não pode ficar escondido como sempre esteve, que deve sim ser discutido. Salaria MV Bill que não devem ser ignorados quem vende, quem compra, ignorando quem morre quem mata. Mostrar esse documentário é falar de pessoas que não fazem parte das estatísticas, que quando o fazem, é por que aparecem nas estatísticas de óbitos salienta o mesmo. Como cidadãos na nossa perspectiva, essas pessoas passaram a sua vida toda invisíveis para as políticas públicas do Estado.

Após fazermos a apresentação do vídeo-documentário para a turma, propomos o debate na perspectiva das duas obras, questionamos quais foram às percepções, que eles tiveram sobre os dois contextos. A turma conseguiu absorver a idéia e, as respostas foram plausíveis dentro dos seus respectivos limites cognitivos, relacionado com o que ensejamos no debate. Enfatizamos que no documentário “Falcão Meninos do Tráfico” há a total violação da proteção integral e dos direitos da criança e do adolescente balizadas no ECA.

Oportuno se faz contextualizar a apresentação em uma das oficinas do projeto de intervenção, do vídeo-reportagem acessado na página de uma emissora de TV do estado de São Paulo, que mostra as 24 h da vida de um dependente químico de crack. Esse material exibido para a turma narra a história de 13, codinome usado pelo mesmo. 13 é cidadão brasileiro 22 anos, dependente da substância desde os 17 anos, usuário de maconha desde os 12

anos e morador de rua. O enredo dessa história conta um dia dessa pessoa, que trabalha com pinturas artísticas, é bem querido pela comunidade onde transita, com um perfil comunicativo bem habilidoso nas suas relações pessoais, envolvendo com seu carisma, e como estratégia de sobrevivência, as pessoas que lhe auxiliam. Como o dono da padaria que oferece um café da manhã, pois ele mesmo nas suas narrativas esclarece que, esse café é a sua única refeição do dia, pois o uso da droga lhe tira a vontade de se alimentar, durante o resto do dia.

A turma identificou-se muito com o personagem desse vídeo-documentário, pois é uma pessoa bem despachada e comunicativa e, expôs sem medo a sua realidade e todo o seu “corre” expressão usado por ele, para caracterizar a sua metodologia de conseguir dinheiro por intermédio de suas pinturas, para conseguir comprar a droga e, logo após fazer o uso, dar continuidade aos seus trabalhos e, assim novamente conseguir dinheiro e comprar mais droga, fazendo desse movimento uma ação natural, devido o baixo custo desta substância. Em um determinado momento desse documentário, o personagem sentado na calçada conversando com o repórter Rafael Bastos que produziu essa reportagem, começa a relatar a dureza da vida de um morador de rua, conta das angústias, tristezas e das dificuldades que teve, quando seu pai foi expulso de casa pela sua mãe, por este ter roubado dinheiro de casa para comprar cocaína.

A cena exposta de 13 nesse dado momento do documentário marcou a turma que assistia, pois chorando ele conta que chamava pelo pai, pedindo pra que ele não fosse embora, enquanto ouvia sua mãe falar mal do seu pai, dizendo que ladrão e viciado não morava com ela. Conta também o personagem 13, da vontade de se livrar da droga, e que sente falta ao final do dia, de voltar ao ambiente de uma casa de ter uma cama pra dormir, ter uma companheira pra deitar e receber um carinho. Nessa contextualização, 13 o personagem, mostra que a droga é uma substância que leva a pessoa que faz o uso, a criar uma espécie de vazio interior, não se importando com a sua aparência, com a sua saúde, nem mesmo com seus vínculos afetivos. O crack é atualmente a droga mais pesada em termos de dependência, devido a sua

alta concentração de substâncias que alteram o funcionamento do sistema nervoso central (SNC).

É digno também de algumas considerações, a proposta que expomos a turma, de levarmos para fazer uma breve fala sobre drogas e dependência química, um dependente químico em recuperação, o que eles aceitaram com muita expectativa. Então no dia combinado, o nosso convidado compareceu na escola e juntamente com o mesmo fizemos a sua apresentação e, logo após isso, ele fez a sua auto apresentação e começou a narrar toda a sua trajetória de dependência e as suas vivências nesse meio, chegando até os dias de sobriedade. Salientamos que este convidado fez tratamento para a dependência de álcool. Após toda a contextualização do convidado, abrimos um espaço para que os alunos da turma, que tivessem perguntas, dúvidas e até mesmo alguma curiosidade, estivessem sanando todas elas nesse momento. Alguns alunos, cerca de seis ao todo, teceram perguntas ao convidado e, dentro do contexto ele respondeu a todas, buscando transmitir sempre, que o caminho das drogas é um caminho onde não se tem amigos, se tem sim parceiros e, não há nada como estar em sobriedade, enfrentando a vida de cara limpa e, auxiliando os irmãos de caminhada e, levando para grupos de jovens e adultos o trabalho de prevenção ao uso/abuso de drogas.

O caminho de casa até a escola, este foi o tema central do projeto de intervenção “Acorda! Fala Cidadão”, onde se buscou dar relevo nessa prática de intervenção como estagiário de Serviço Social, a partir do estagio curricular na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier. Para sanar toda e qualquer eventual situação de uso/abuso de drogas no ambiente escolar, é preciso que sejam sanados os problemas da sociedade, ou seja, os caminhos por onde transitam essas substâncias, onde as estratégias dos traficantes para aliciar crianças e adolescentes são praticas corriqueiras.

O que se buscou na intencionalidade do projeto de intervenção, foi levar a possibilidade de que, os alunos da turma trabalhada tivessem uma opção de escolha, no momento em que se deparassem com esse tipo de situação, ou seja, a partir do conhecimento adquirido nas oficinas do projeto, sobre os malefícios das drogas, não só a saúde física, mas a todo o conjunto das

relações, tanto familiares, pessoais e sociais, escolhessem de maneira consciente e cidadã não fazer o uso dessas substâncias.

Parafraseando Içami Tiba “Proteger quem não se Protege”, foi esse o legado que intencionamos deixar para a turma, como contribuição de práticas pedagógicas e didáticas, se utilizando do instrumental do Serviço Social, como estratégia mobilizadora de enfrentamento “ao maior mal evitável do século XXI” Tiba (2010), o uso/abuso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes, em fase de desenvolvimento cognitivo, retardando assim, possíveis casos de dependência química nessa faixa etária.

O capítulo que ora se finaliza buscou clarear, bem como, contextualizar sobre quais são as significativas ações realizadas dentro desse espaço escolar, que visaram à implantação de uma cultura de paz e, de orientações e mudanças sociais na vida da criança e do adolescente, no tocante as substâncias psicoativas e, o enfrentamento ao uso das mesmas. Apriori buscou-se intervir neste espaço, numa perspectiva de saber se a escola está ou não contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo e cidadão dos seus alunos, no que diz respeito a drogas, se os seus direitos estão sendo respeitados e, os seus deveres também estão sendo exigidos, ou seja, que os adolescentes também precisam cumprir com o seu papel dentro desse ambiente, para o seu exercício pleno para além do espaço escolar.

Para tanto, foram abordados neste capítulo em especial, temas como a prevenção ao uso/abuso de drogas, foram contemplados as discussões sobre o que é a prevenção, como prevenir, o porquê prevenir o uso/abuso de drogas nessa faixa etária. Também foram contempladas as discussões sobre a proteção integral da criança e do adolescente, por intermédio de vídeo-documentário que expõe a não observação da Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e suas providências. Trabalhou-se na perspectiva de que, os alunos da turma mobilizada tivessem a oportunidade de fazer um exercício de reflexão, a partir dos encontros e dos materiais disponibilizados nas oficinas. O exercício de levar o projeto Acorda! Fala Cidadão, foi um movimento de usar dos princípios norteadores do Serviço Social, onde se buscou de forma concreta, por meio de ações, o enfrentamento

e a prevenção em meio escolar ao consumo precoce de drogas, contribuindo assim, para a cultura do não uso/abuso destas por esses estratos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente trabalho final de graduação teve por finalidade relatar e publicizar neste estudo, o relato das experiências construídas a partir do estágio supervisionado em Serviço Social, realizado na Comunidade Terapêutica Espírita Chico Xavier, bem como, demonstrar o que foi edificado como projeto de intervenção nesse espaço de atuação do (a) profissional de assistência social. O projeto de intervenção realizado neste período foi tarefa que demandou muita sutileza, dado a envergadura do seu conteúdo, visto que, a temática “droga” quando trabalhada com criança e adolescente, deve ser planejada na perspectiva de não incitar a criança ou o adolescente ao consumo.

O projeto Acorda! Fala cidadão, teve por finalidade, dar continuidade ao projeto da acadêmica Alene Silva intitulado Acorda Despertando a Juventude Para Um Futuro Sem Drogas, que o sistematizou na Escola Estadual João Goulart no ano de 2010. O projeto teve o objetivo de desenvolver por intermédio de práticas reflexivas em saúde escolar a prevenção ao uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas e, a sua centralidade pauta-se na abertura de um canal de diálogo, entre os adolescentes da turma que participaram do projeto e do estagiário em Serviço Social que intervêm nesse contexto.

A dependência química no contexto atual da sociedade brasileira é um fenômeno que demanda atenção especial, devido aos seus inúmeros casos se darem com o público juvenil. O Levantamento sobre o uso de substâncias psicoativas entre estudantes da rede pública e particular realizado em vinte seis capitais e mais o distrito federal no ano de 2010, sinalizam que nesse período o uso de drogas – exceto álcool e tabaco – por esse público foi identificado a saber: que na rede pública tem-se um percentual de 9,9%, já na rede particular o percentual ficou em 13,6%, no tocante a idade foi observado que: de 10 a 12 anos tem-se 5,4%; dos 13 aos 15 anos 9,6% e dos 16 aos 18 anos 17,0%. A partir desses indicadores, foram traçados os materiais a serem trabalhados com a turma, visando um plano de intervenção que oferecesse por intermédio das oficinas do projeto, um espaço de construção coletiva, reflexiva e proativa, onde os alunos pudessem interrogar expor seus pensamentos e,

sobretudo, criarem os seus mecanismos de enfrentamento, ao uso/abuso de substâncias psicoativas.

No momento da continuidade da sistematização do projeto “Acorda! Fala Cidadão, no município de São Borja, havia apenas o Programa de Erradicação de Drogas (PROERD), que tem por finalidade, levar o conhecimento desse assunto ao meio escolar, entretanto, a sua faixa etária contempla apenas crianças de 5 a 12 anos, não alcançando o público trabalhado no projeto “Acorda”, ou seja, um programa que segrega o adolescente. A nossa grande crítica nesse estudo, é no sentido de que as políticas, os projetos e os programas do governo federal, são incipientes no que diz respeito a prevenir o uso/abuso de substâncias lícitas e ilícitas no meio escolar, já que o Levantamento Nacional de uso de Drogas 2010, realizado em ambiente escolar, demonstra o quanto ainda é deficitário o atendimento a essa parcela da sociedade, requerendo uma (re) avaliação das políticas propostas para a erradicação desses fenômenos na nossa sociedade.

Tem-se então nesse sentido o que se buscou sinalizar nesse estudo, que foi dar destaque ao (s) caminho (s) e ao ambiente das escolas em diferentes espaços, necessitarem sim ser protegidos, para que sejam corredores e lugares livres, de toda e qualquer expressão de violência contra a criança e o adolescente, oferecendo uma atmosfera segura para a construção de cidadãos conscientes e plenos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Susane Rocha de. Comentário de Revista Brasileira de Psiquiatria vol.24 nº. 1 São Paulo: Mar. 2002.

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: **Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: Age, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempluk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD, Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas. 5ª edição – 1ª reimpressão: 2011.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia da Casa Civil para assuntos jurídicos, Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Brasília. A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária. Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

BURILLA, Marta Alice Feitio. **Estágio Supervisionado**. - 4ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Karine; ALMEIDA, João Éder; GOMES, Suelen. **Projeto de Extensão Reviver**. São Borja: 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.

COLETANEA DE LEIS: Revista e Ampliada. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região, 2005.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Aprovado em 15 de março de 1993.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25ª ed. Revista e Atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DOS SANTOS, Mônica Pereira. PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

ENGUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica a educação** / Mariano Fernández Enguita. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula, 1941 – **Estratégias em serviço social** / Vicente de Paula Faleiros. – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

FRAGA, Paulo C. Pontes. **Política, isolamento e solidão: “práticas sociais da violência contra jovens”**. In: Política Social, Família e Juventude, Uma questão de direitos et alli. – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

FRANCISCO, Xarão. **Política e Liberdade em Hanna Arendt: ensaio sobre a reconsideração da vida activa** / Francisco Xarão. – Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2000.

FROSSARD, Selma Costa. **As Políticas Públicas e as Comunidades Terapêuticas nos Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina**. Volume 11. Número 2. Jan/Jul 2009. Disponível em: www.ssrevista.uel.br/pdf/2009. Acessado em 09 de Abril. de 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: alternativas de mudança** / Pedrinho A. Guareschi. 63. Ed., ver. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada** / Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 66, Abril/99.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. – 12ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

KOCOUREK, Sheila. **Nas dobras da história: o desafio dos direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI** / Sheila Kocourek. – Porto Alegre: Faith, 2009.

Lei n.º 8.662/9, de 7 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**.

Lersch, Cíntia Nunes Saldanha. **A Implantação da Comunidade Terapêutica Chico Xavier no Município de São Borja enquanto espaço ocupacional do Serviço Social**. Tese de graduação apresentada como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), 2010/1.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács** / Sergio Lessa. – 3. ed. rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijui, 2007. – 240 p. – (Coleção filosofia; 19).

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Serviço Social e Sociedade nº 52 - ANO XVII - dezembro 1996.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional / Alzira Maria Baptista Lewgoy. – São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Revista atualizada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso, **Novas propostas e velhos princípios: a assistência as famílias no contexto dos programas de orientação e apoio familiar et alli**.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves. **Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do universo escolar**. Tese apresentada à Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina para Obtenção do Título de Mestre em Medicina. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.proad.unifesp.br/pdf/dissertacoes_teses/tese_fernanda.pdf. Acessado em: 09 de Abril de 2011.

MÜLLER, Ana Cláudia. PAUL, Cátia Lucila. SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. **Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde**. (Drug prevention in the school environment: an experience considered through the use of health care models). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a15v25n4.pdf>. Acessado em: 06 de abril de 2011.

NETTO, José Paulo. Artigo redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo I de capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/CRESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

PECHANSKY, Flavio. VIEIRA DUARTE, Paulina do Carmo Arruda. DE BONI, Raquel Brandini. Uso de bebidas alcoólicas e outras drogas nas rodovias

brasileiras e outros estudos. - Porto Alegre: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; 2010.

QUINTÃO, André. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Disponível em: http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf. Acessado em: 26 de março de 2011.

Raichelis, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática** / Raquel Raichelis. - 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa do Estado. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório Azul 2010: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 2010.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Saúde mental em serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade / Lúcia Cristina dos Santos Rosa, Ivana Carla Garcia Pereira, José Augusto Bisneto; Eduardo Mourão Vasconcelos (org). – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Valci. Drogas: **Causas, Conseqüências e Recuperação**, Valci Silva, (1ª edição, março/2008), 5ª. ed. junho/2010 – Editora EME, Capivari-SP.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: Uma questão de análise. São Paulo: Cortez, 2003.

TIBA, Içami. Anjos caídos: como prevenir e eliminar as drogas na vida do adolescente / Içami Tiba. – São Paulo: Editora, 1999. – (Coleção Integração Relacional).

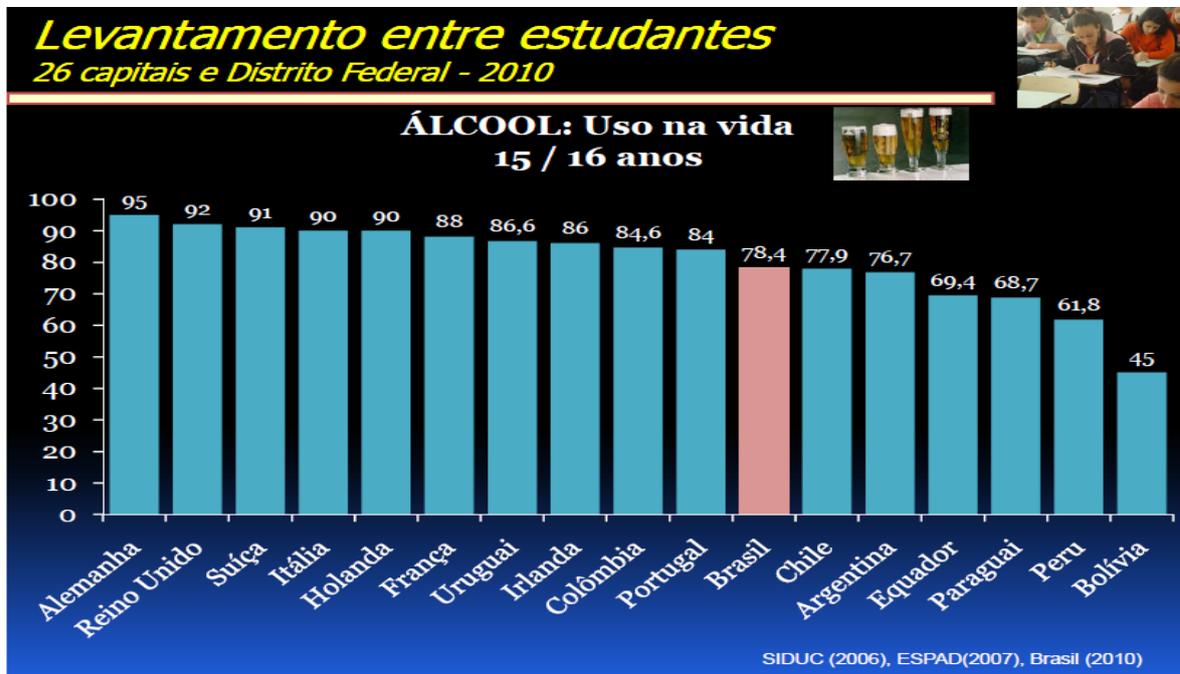
UNODC, WORLD DRUG REPORT. Main problem drugs as reflected in treatment demand, by region, 2009. United Nation Office on Drug and Crime, 2011.

VIOLIN, Tarso Cabral. A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, por Antonio Gramsci. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./ dez. 2006

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. - 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. Um século de favela. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANEXOS

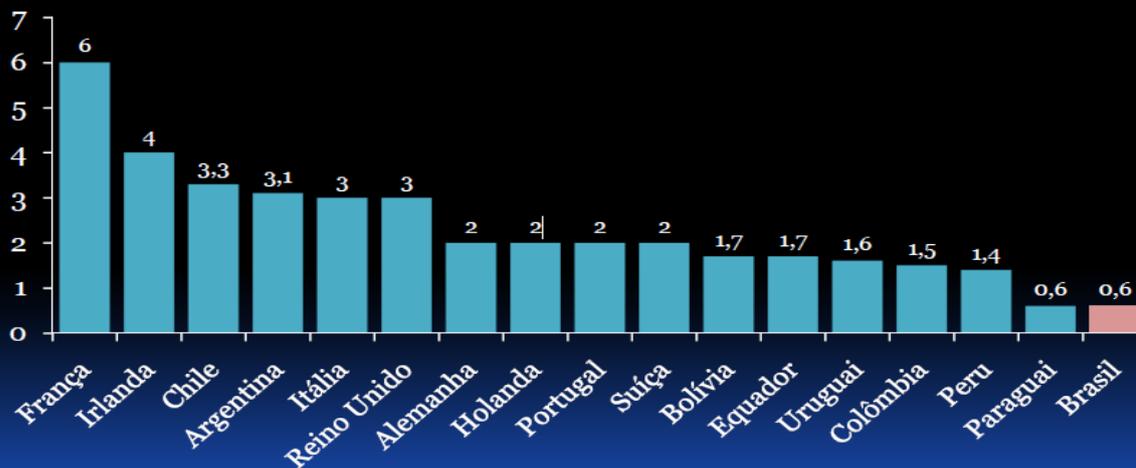


Levantamento entre estudantes

26 capitais e Distrito Federal - 2010



CRACK: Uso na vida 15 e 16 anos



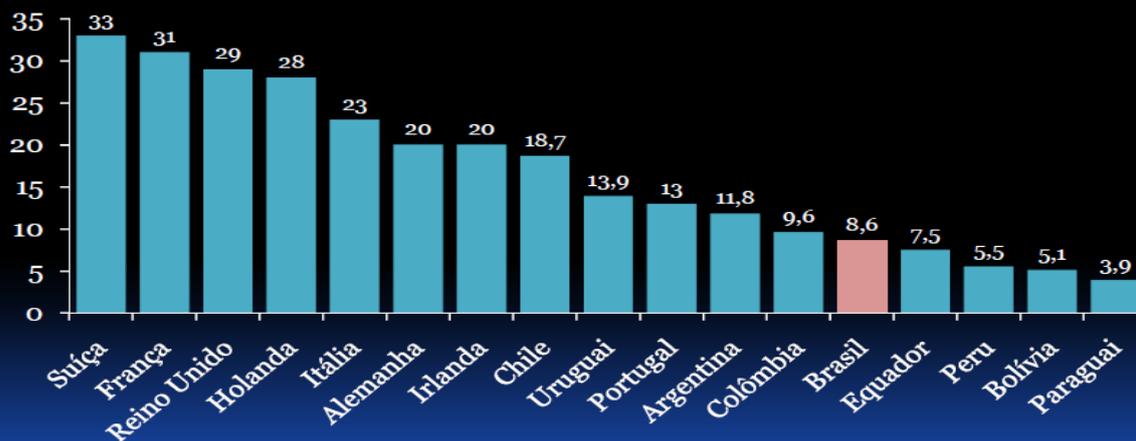
SIDUC (2006), ESPAD(2007), Brasil (2010)

Levantamento entre estudantes

26 capitais e Distrito Federal - 2010



MACONHA: Uso na vida 15 e 16 anos



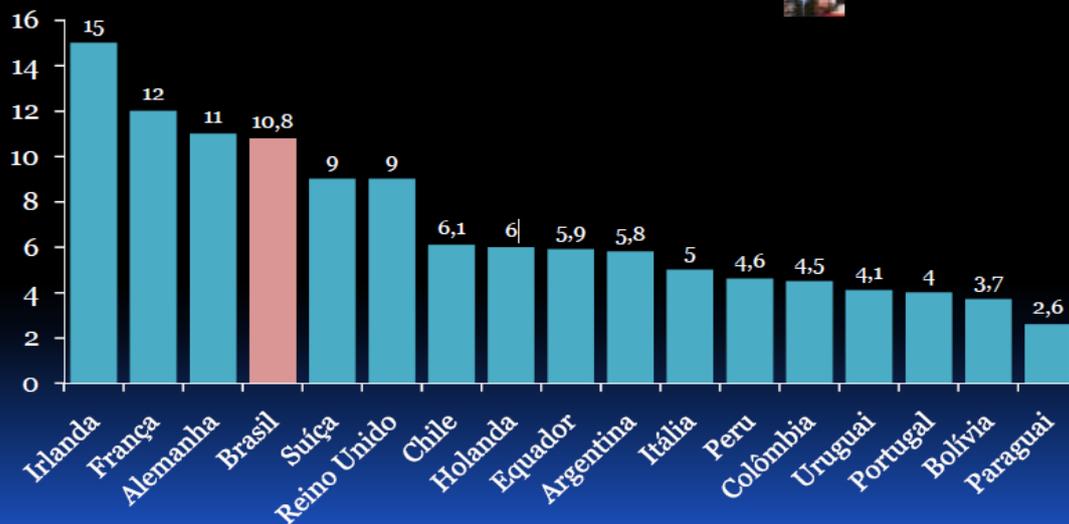
SIDUC (2006), ESPAD(2007), Brasil (2010)

Levantamento entre estudantes

26 capitais e Distrito Federal - 2010



INALANTES: uso na vida 15 e 16 anos



SIDUC (2006), ESPAD(2007), Brasil (2010)